

**João Nuno Moreira Ferreira**

**Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo?**

**As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à  
segurança**

**Universidade Fernando Pessoa**

**Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**

**Porto, 2019**



**João Nuno Moreira Ferreira**

**Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo?**

**As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à  
segurança**

**Universidade Fernando Pessoa**

**Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**

**Porto, 2019**

**João Nuno Moreira Ferreira**

**Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo?**

**As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à  
segurança**

---

João Nuno Moreira Ferreira

22139

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

**Projeto de Graduação apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Criminologia, sob a orientação da Professora Doutora Ana Rodrigues da Costa.**

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

### **Resumo**

Este estudo visa perceber quais as razões que levam os pais/encarregados de educação a optar pela escola pública ou pela escola privada no 1.º CEB quanto à segurança dos filhos na escola.

Trata-se de um estudo exploratório de cariz qualitativo, direccionado para os pais/EE de crianças do 1.º CEB, tendo-se construído um inquérito por questionário que permite identificar as razões que estão na base da eleição da escola dos seus educandos.

Espera-se que os resultados demonstrem que os pais/EE têm em conta vários aspetos aquando da escolha da escola dos seus educandos, nomeadamente o contexto, o corpo docente, a segurança e as características pessoais do filho. Espera-se constatar que os pais se preocupam cada vez mais com a qualidade do ensino, bem como com a segurança escolar.

**Palavras-Chave:** Ensino Público; Ensino Privado; 1.º Ciclo do Ensino Básico; Segurança; Encarregados de Educação.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

### **Abstract**

This study aims to understand the reasons that lead parents / guardians to choose public school or private school in the 1st CEB regarding the safety of children in school.

This is an exploratory study of qualitative nature, directed to parents / EE of children of the 1st CEB, having built a questionnaire survey that allows to identify the reasons that are the basis of the election of the school of their students.

The results are expected to show that parents / EE take into account various aspects when choosing their learners' school, namely the context, faculty, safety and personal characteristics of their child. It is expected that parents are increasingly concerned about the quality of education as well as school security.

**Keywords:** Public Education; Private education; 1st cycle of basic education; Safety; Parents.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

### **Dedicatória**

Serve a presente dedicatória para enaltecer todo o esforço, carinho, compreensão e amor que recebi dos meus pais, da minha avó, do meu irmão e da minha namorada, com especial reconhecimento para a minha mãe, que foi pedra basilar desde o dia em que me determinei a finalizar este percurso.



Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

### **Agradecimentos**

Agradeço à Professora Doutora Ana Rodrigues da Costa, por todo o seu acompanhamento e orientação ao longo de todo este processo.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

## Índice

### Contents

Resumo .....	6
Abstract.....	7
Dedicatória.....	8
Agradecimentos .....	9
Lista de Abreviaturas.....	12
Índice de Figuras .....	13
Índice de Tabelas .....	13
Índice de Anexos .....	13
Introdução Geral.....	14
Capítulo I –A Segurança no Ensino Público <i>versus</i> Ensino Privado .....	15
Introdução .....	15
1– O Ensino Público e Privado em Portugal .....	16
1.1. O Ensino Público e o Ensino Privado em Portugal.....	17
1.2. Estudos sobre a Escola Pública e a Escola Privada.....	23
2– A Segurança nas Escolas .....	25
2.1. Do Conceito de Segurança à Segurança nas Escolas .....	25
3– Da Escola às Escolhas dos Encarregados de Educação quanto à Segurança .....	39
3.1. A Escola e as suas Funções .....	39
3.2. Os Encarregados de Educação em Relação à Escolha da Escola.....	41
3.3. O Direito dos Pais/EE à Livre Escolha do Estabelecimento de Ensino dos seus Filhos/Educandos .....	43
3.4. Síntese .....	45
Capítulo II – Metodologia .....	47

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

Introdução .....	47
4– Metodologia.....	47
Pergunta de Partida .....	47
Objetivos.....	47
4.1. Método .....	48
4.2. Amostra .....	48
4.3. Instrumentos .....	49
4.4. Procedimento.....	49
5– Resultados Esperados .....	51
6– Discussão dos Resultados .....	52
Síntese.....	53
Conclusão Geral .....	54
Referências Bibliográficas.....	56
Anexos .....	63

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

### **Lista de Abreviaturas**

AEC – Atividades Extracurriculares  
CEB – Ciclo do Ensino Básico  
CET – Cursos de Especialização Tecnológica  
DGE – Direção-Geral da Educação  
DGS – Direção-Geral da Saúde  
DL – Decreto-Lei  
EB – Ensino Básico  
EE – Encarregado de Educação  
EPES – Equipas da PSP do Programa Escola Segura  
ESEC – Escola Superior de Educação de Coimbra  
GCSE – Gabinete Coordenador de Segurança Escolar  
IGE- Inspeção-Geral da Educação  
LBEPC – Lei de Bases do Ensino Particular e Cooperativo  
LBPC – Lei de Bases da Proteção Civil  
LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo  
ME – Ministério da Educação  
NACJR – Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco  
PES – Programa Escola Segura  
PNSE – Plano Nacional de Saúde Escolar  
POV – Portal da Orientação Vocacional  
PSP – Polícia de Segurança Pública  
SEP – Sistema de Ensino Português

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

### **Índice de Figuras**

Figura 1: Evolução do número de escolas públicas do 1.º CEB em Portugal (1961-2018)	20
Figura 2: Alunos matriculados no ensino público entre 1961 e 2018 (1.º CEB)	21
Figura 3: Evolução do número de escolas privadas do 1.º CEB em Portugal (1961-2018)	22
Figura 4: Alunos matriculados no ensino privado entre 1961 e 2018 (1.º CEB)	23
Figura 5: Sinalização de crianças e jovens por maus tratos e região (2014/2015)	31
Figura 6: Escolas classificadas com “boa segurança” por regiões (2014/2015)	32

### **Índice de Tabelas**

Tabela 1: Número de crianças e jovens sinalizados para os NACJR (2014/2015)	30
Tabela 2: Número de escolas com nível de segurança “bom” (2014/2015)	31
Tabela 3: Número de acidentes escolares registados (2014/2015)	32
Tabela 4: Plano de segurança	34
Tabela 5: Responsabilidades e vertentes da ação das EPES	36

### **Índice de Anexos**

Anexo I: Inquérito por Questionário	64
-------------------------------------	----

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

## **Introdução Geral**

A controvérsia existente em torno do ensino público e do ensino privado ainda permanece. Por um lado, há quem defenda as escolas públicas, mas por outro, há quem defenda as escolas privadas e que estas proporcionam um ensino de melhor qualidade e que as suas escolas são mais seguras.

O ensino básico, nomeadamente o 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB), é uma importante etapa da vida da criança e dos seus pais/encarregados de educação (EE), pois não só esta inicia a escolaridade obrigatória, como é na escola que vai passar a maior parte do seu tempo, pelo que as questões de segurança e hoje, mais do que nunca, são de extrema relevância para os pais/EE. Ainda pequenas e pelas responsabilidades inerentes, os pais preocupam-se em escolher aquela que lhes parece ser a escola mais adequada para os seus filhos, pelo que este estudo visa aferir as razões que levam os pais/EE de crianças do 1.º CEB a optarem pela escola pública ou pela escola privada.

No que diz respeito à organização do trabalho, este encontra-se dividido em dois capítulos: no primeiro, é desenvolvido um quadro teórico-conceptual sobre a segurança nas escolas e sobre a importância da segurança para os pais/EE. No segundo capítulo, apresenta-se a metodologia e o estudo empírico que resultou na construção de um inquérito por questionário, que permite aferir os motivos de escolha pela escola pública ou pela escola privada, por parte dos pais/EE.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

## **Capítulo I – A Segurança no Ensino Público *versus* Ensino Privado**

### **Introdução**

Este capítulo assume uma natureza essencialmente teórica e visa o desenvolvimento de um quadro teórico-conceptual em torno do tema que subjaz ao trabalho. Ora, através deste projeto pretende-se perceber quais as razões que levam os EE a optar, no respeitante ao 1.º CEB, pela escola pública ou pela escola privada quanto à segurança dos seus educandos, uma vez que esta escolha se pode revelar um desafio para os mesmos.

De facto, o ensino público e o ensino privado têm sido um assunto de debate bastante presente, não só, na esfera política, como também nas esferas social e educativa, nomeadamente porque o ensino privado é considerado um ensino elitista e que por isso, não é acessível a todos e também porque, supostamente, parece proporcionar um ensino de maior qualidade. Segundo diversos autores (Mension-Rigau, 2007; Pinçon e Pinçon-Charlot, 2007; Quaresma, 2014), a perceção que permanece face à escola pública é a de que esta não dispõe de condições que assegurem um ensino de qualidade, ao contrário das escolas privadas que sempre primaram por um ensino de excelência e o qual estava integrado na sua estratégia.

A par disso, também surge a ideia, à qual nos opomos, de que as escolas privadas são mais seguras do que as escolas públicas, concordando-se com Castro (2009, p. 49) quando, citando as palavras de Agostinho Rosário, presentes em Morgado (1994), refere que: “(...) quem dera às instituições particulares ter metade dos recursos que o Estado gasta com as escolas públicas!”. Nesta ordem de ideias, é tecida uma forte crítica ao Estado que, embora permita que os pais escolham entre o ensino público e o ensino privado, esta liberdade de escolha e o igual acesso ao ensino público e ao ensino privado é limitada. Isto porque, os pais podem querer optar pelo ensino privado, mas como não têm possibilidades económicas para pagar as despesas inerentes a este ensino, acabam por optar por uma escola do ensino público. Neste sentido, “não se compreende (...) que, por haver alguns cidadãos que querendo proporcionar aos seus filhos uma educação sã, completa e em segurança, e tendo para isso de escolher uma escola particular (porque as escolas públicas não oferecem essas

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

condições são, de educação completa e em segurança), tenham de suportar todas as despesas inerentes, sem que o Estado (a quem esses cidadãos pagam os seus impostos) lhes retribua o dinheiro pago pela educação de futuros cidadãos úteis à Nação. Não se compreende!” (Morgado, 1994 *cit. in* Castro, 2009, p. 49).

Assim sendo, tendo presente a dicotomia existente entre o ensino público e o ensino privado, e tendo em conta os objetivos que orientam este projeto, considera-se essencial abordar estes dois tipos de ensino subordinados ao 1.º CEB e relacioná-los com a variável da segurança, enquanto variável que contribui e está presente aquando da escolha dos EE pelo ensino público ou pelo ensino privado no 1.º CEB.

Portanto, este capítulo contempla a caracterização das escolas públicas e das escolas privadas portuguesas, não descurando uma abordagem aos conceitos de segurança e, de igual modo, de segurança escolar. Ainda neste capítulo, reflete-se sobre a importância do plano de segurança nas escolas, apresentando-se alguns projetos de promoção da segurança escolar desenvolvidos em Portugal. Por fim, mas não menos importante, a parte final do presente capítulo está voltada para a escola e para as suas funções, bem como para a escolha da escola por parte dos EE em função de questões de segurança e de como o processo de seleção decorre.

## **1– O Ensino Público e Privado em Portugal**

Este ponto subordina-se aos ensinos público e privado em Portugal, com enfoque no 1.º CEB, tema que ainda hoje é atual, controverso e que tem recebido atenção por parte de estudiosos de várias áreas do conhecimento, como também tem sido alvo de debate, nomeadamente na ótica sociológica (Quaresma, 2015).

Além de se fazer referência à escola pública e à escola privada no contexto português, também se considera pertinente conhecer esta realidade. Por estas razões, procede-se a uma caracterização das escolas públicas e privadas referentes ao 1.º CEB, bem como também se apresentam diferentes estudos que se debruçaram sobre o mesmo assunto.



Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

### **1.1. O Ensino Público e o Ensino Privado em Portugal**

A escola é uma instituição educativa (Afonso, 2007a), um espaço institucional de produção e divulgação constante do saber que, ao longo do tempo, ou seja, historicamente, é construído e produzido pela sociedade (Dourado e Oliveira, 2009). No entanto, é também um contexto educativo, onde se ensina e se aprende, onde se educa e se é educado (Gómez et al., 2007).

No passado, o ensino público era composto por instituições centrais de socialização e de promoção da coesão social (por exemplo, a Igreja), sendo caracterizado por processos que abrangiam a aquisição do saber, do saber-fazer e do saber-ser e a qual estava integrada na cultura dominante e numa determinada ideologia (Afonso, 2007b). Contudo, tal como se referiu, a escola foi acompanhando as transformações ocorridas na sociedade e por isso, também a escola pública foi mudando ao longo do tempo. Assim, apraz referir que “a escola e principalmente a escola pública nasce sob a necessidade material da sociedade e faz todo o seu caminhar sob esse prisma, seguindo os moldes ditados pela economia, seja buscando negar essa ordem e ir além desse jogo económico” (Coelho e Orzechowski, 2011, p. 16322).

Nas escolas públicas, o seu funcionamento é “da responsabilidade exclusiva do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais ou de outra pessoa de direito público” (alínea *a*), artigo 3.º, Lei n.º 9/79, 19 de março), sendo que do ponto de vista legal e normativo, torna-se imperativo referir a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro. Também conhecida como a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), esta lei define o quadro geral do sistema educativo e é o referencial normativo das políticas educativas que visam o desenvolvimento da educação e do sistema educativo. Além disso, atribui a todos os portugueses o direito à educação e à cultura e salienta, no seu n.º 2 do artigo 1.º, que “o sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade”.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

Tal como se referiu anteriormente, a escola pública foi acompanhando as mudanças e as perspetivas vigentes em cada época e sociedade, o que fica perceptível nas várias alterações a que a LBSE foi submetida:

- Lei n.º 115/97, de 19 de setembro: procede à primeira alteração da LBSE;
- Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto: procede à segunda alteração da LBSE;
- Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto: procede à terceira alteração da LBSE, estabelecendo o regime da escolaridade obrigatória para crianças e jovens em idade escolar e, concomitantemente, consagrando a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.

Já o ensino privado português, que também é integrado no SEP (ver n.º 3 do artigo 1.º da LBSE), é igualmente abrangido pela LBSE, a qual garante o direito de criação de escolas particulares (alínea *c*), n.º 3, artigo 2.º). A par disso, esta lei reconhece o valor do ensino privado (n.º 1 do artigo 57.º da LBSE), afirmando que os estabelecimentos “que se enquadrem nos princípios gerais, finalidades, estruturas e objectivos do sistema educativo são considerados parte integrante da rede escolar” (n.º 1, artigo 58.º, LBSE).

Desta forma, embora se possa pensar que o ensino privado não tem influência do Estado, a verdade é que é o Estado que o fiscaliza e o apoia pedagógica e tecnicamente e é também ele que apoia financeiramente as iniciativas destes estabelecimentos quando, no desempenho efetivo de uma função de interesse público, se verifique que as mesmas integram o plano de desenvolvimento da educação, havendo a fiscalização da aplicação das verbas concedidas (artigo 61.º, LBSE).

O ensino privado, a par do ensino cooperativo, é regulado por legislação própria, sendo de referir a Lei n.º 9/79, de 19 de março, a qual corresponde à Lei de Bases do Ensino Particular e Cooperativo (LBEPC) e que, na alínea *b*), do número 1, do artigo 3.º, define as escolas particulares como sendo “aquelas cuja criação e funcionamento seja da responsabilidade de pessoas singulares ou coletivas de natureza privada”.

No âmbito desta matéria, é igualmente importante relembrar o Decreto-Lei (DL) n.º 553/80, de 21 de novembro, o qual aprovou o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo e o qual sofreu diversas alterações: DL n.º 169/85, de 20 de maio; DL n.º 75/86, de 23 de

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

abril; DL n.º 484/88, de 29 de dezembro; Lei n.º 30/2006, de 11 de julho; DL n.º 138-C/2010, de 28 de dezembro; e Lei n.º 33/2012, de 23 de agosto.

Em 2013, foi publicado o DL n.º 152/2013, de 4 de novembro, o qual aprovou o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior, mediante a necessidade de uma atualização que regule e discipline a realidade do ensino privado. A verdade é que o DL n.º 553/80 privilegiava um modelo de estrutura pedagógica altamente dependente do sistema público de ensino, pelo que o DL n.º 152/2013 veio “consagrar um modelo que, nessa matéria, rompe com o passado e abre caminho a uma nova realidade de uma autonomia semelhante à das escolas públicas com contrato de autonomia, que se pretende que seja progressivamente alargada à generalidade das escolas”.

Assim sendo, em relação ao ensino privado no 1.º CEB, abrangido pelo DL n.º 152/2013, constata-se que as escolas privadas, atualmente, podem gerir, sem interferir com o cumprimento do número total de horas curriculares estabelecidas por lei para cada ano, nível e modalidade de educação e ensino, uma percentagem significativa das horas definidas nas matrizes curriculares nacionais, assistindo-lhes o direito de criar e aplicar planos curriculares próprios ou de disponibilizar disciplinas de enriquecimento (ou complemento) curricular.

Tal como se começou por referir, ainda hoje o assunto do ensino público e do ensino privado é bastante discutido (Quaresma, 2015), e tudo se deve às diferenças existentes e porque ambos são partes integrantes do SEP e que contemplam diferentes vantagens (Eurodicas, 2019):

- Vantagens da escola privada: dispõe de várias atividades extracurriculares (AEC), acompanhamento mais individualizado, melhor preparação para os exames nacionais;
- Vantagens da escola pública: acarreta menores custos e o valor a pagar varia em função dos salários dos pais, proporciona uma educação de qualidade.

Numa perspetiva particular, entende-se que o ensino privado é importante para o SEP, contudo, tanto o ensino privado como o ensino público devem primar pelos seus alunos e devem estar em sintonia, querendo-se com isto dizer que devem trabalhar em conjunto e devem ter em vista os mesmos objetivos, proporcionando um processo de

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

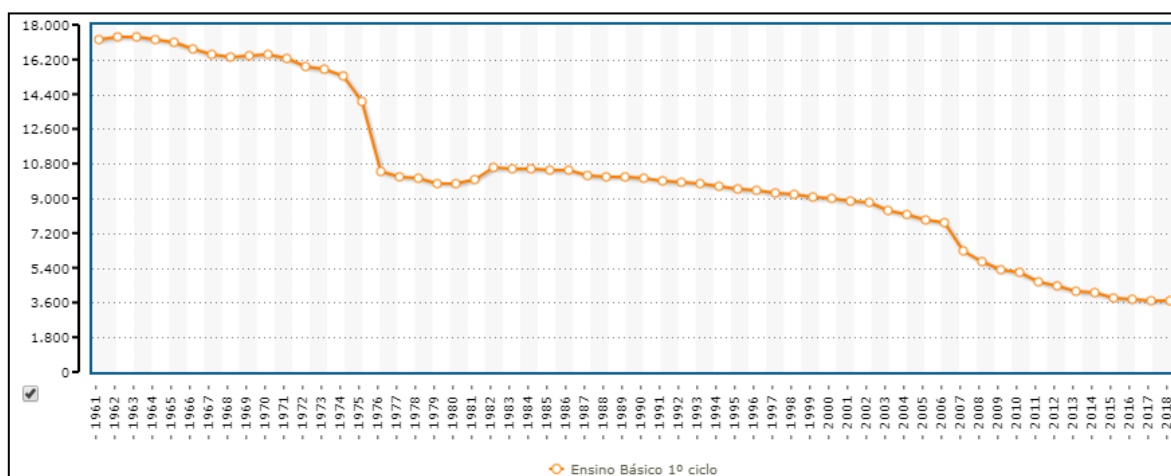
ensino-aprendizagem que se reja pelos mesmos princípios e metas. Isto porque, “o ensino privado e o ensino público competem com armas desiguais em diversos aspectos (nomeadamente, o ensino público tem os seus custos de funcionamento e de investimento pagos pelo estado e o ensino privado tem que pagar os custos de investimento e de funcionamento com as receitas que tem dos seus clientes/ alunos)” (Pinheiro, 2011, p. 1).

Em seguida, não só se apresentam dados referentes à evolução das escolas públicas e privadas portuguesas nos últimos anos, como também se apresentam dados referentes aos alunos matriculados nos dois tipos de ensino em causa, mas com enfoque no 1.º CEB.

### i. Caracterização das Escolas Públicas Portuguesas: 1.º CEB

Para este ponto, teve-se em linha de conta os dados estatísticos publicados mais recentemente, neste caso, até à data de elaboração do trabalho. Atendendo aos dados disponibilizados pela Pordata, referentes às escolas públicas do 1.º CEB entre os anos de 1961 e 2018, assistiu-se a uma diminuição gradual do número de escolas públicas: em 1961 existiam 17250 estabelecimentos de ensino público e em 2018, este número rondava os 3663 estabelecimentos (ver figura 1).

**Figura 1: Evolução do número de escolas públicas do 1.º CEB em Portugal (1961-2018)**



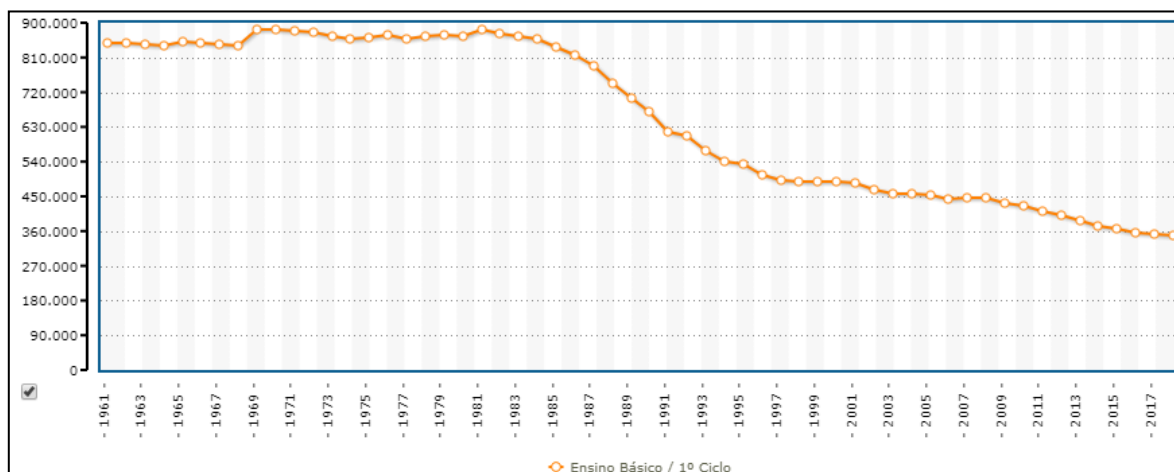
Fonte: Pordata (2019a).

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

Por sua vez, atendendo ao número de alunos matriculados no ensino público entre o mesmo período (1961 e 2018), a informação estatística revela que existiam mais alunos matriculados no 1.º CEB do ensino público em 1961 (n=846024 alunos) do que em 2018 (n=349067 alunos) (Pordata, 2019c).

Numa perspetiva pessoal, estes dados, apesar de atualmente existir e ser promovido um maior acesso à educação, podem ser justificados pela menor taxa de natalidade ocorrida em Portugal e a qual tem por base diversos fatores.

**Figura 2: Alunos matriculados no ensino público entre 1961 e 2018 (1.º CEB)**



Fonte: Pordata (2019c).

## **ii. Caracterização das Escolas Privadas Portuguesas: 1.º CEB**

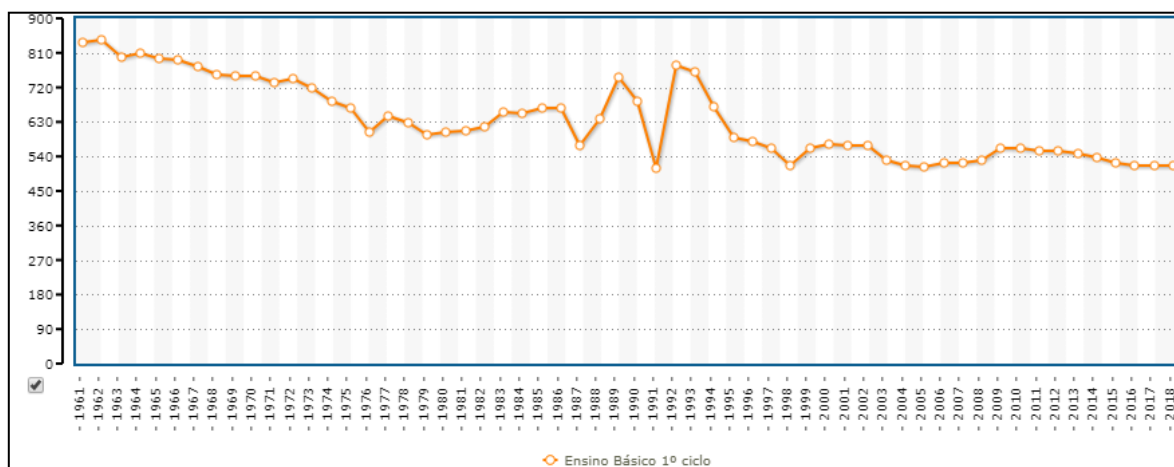
No que diz respeito à evolução das escolas privadas do 1.º CEB em Portugal nas últimas décadas, verifica-se que estas também diminuíram entre os anos de 1961 e 2018 (836 e 515 escolas, respetivamente), contudo, o seu percurso evolutivo é muito mais oscilante do que o das escolas públicas no período homólogo.

Numa análise geral, assiste-se a uma diminuição do número de escolas privadas do 1.º CEB, mas entre 1961 e 2018 são muitas as variações, sendo de destacar os anos de 1989 e de 1992, como os anos em que houve mais escolas privadas do 1.º CEB.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

No entanto, é entre os anos de 1986 e 1998 que ocorrem as maiores subidas, mas também as maiores descidas no referente ao número de escolas privadas (atente-se à figura 3).

**Figura 3: Evolução do número de escolas privadas do 1.º CEB em Portugal (1961-2018)**

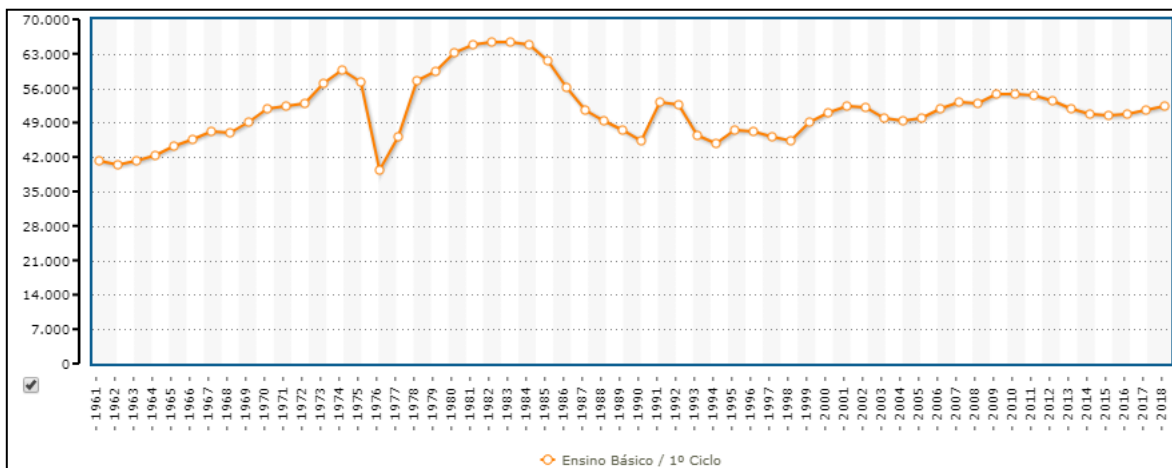


Fonte: Pordata (2019b).

Relativamente ao número de alunos matriculados no ensino privado, no mesmo período, ou seja, entre 1961 e 2018, assiste-se a um aumento do número de alunos matriculados: em 1961 estavam matriculados 41211 alunos; em 2018 estavam matriculados 52409 alunos (atente-se à figura 4).

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

**Figura 4: Alunos matriculados no ensino privado entre 1961 e 2018 (1.º CEB)**



Fonte: Pordata (2019d).

O ensino público e o ensino privado são igualmente importantes para o SEP, no entanto, são ensinos que apresentam características particulares, as quais devem ser tidas em linha de conta, mas ambos devem proporcionar uma experiência de ensino-aprendizagem semelhante e que responda aos mesmos objetivos de educação definidos por Portugal. Tal como se referiu inicialmente, o assunto da escola pública e da escola privada ainda gera muita controvérsia, pelo que em seguida, com base na pesquisa bibliográfica realizada, se indicam alguns estudos realizados sobre os ensinos público e privado em Portugal.

## 1.2. Estudos sobre a Escola Pública e a Escola Privada

O debate em torno da escola pública e da escola privada permanece e são vários os estudos que se debruçam sobre esta matéria, considerando diferentes aspetos e variáveis. Nesta ordem de ideias, pretende-se fazer referência a alguns estudos que foram realizados em Portugal e que se focam nos setores público e privado do ensino e que contemplam a perspetiva de diferentes atores e agentes educativos: alunos; professores; EE.

Sobre as razões de escolha dos EE/pais face ao ensino privado, Pinheiro (2011) constatou que as razões principais residem no facto da escola apresentar regras acertadas de

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

disciplina e vigilância e de haver informação adequada e atempada sobre tudo o que se passa na escola. Neste estudo, a proximidade entre casa e escola é a razão com menor importância para os EE em estudo, sendo de referir que as correlações com as variáveis sociodemográficas revelam que as habilitações literárias e a profissão dos EE influenciam o processo de tomada de decisão sobre a escola dos seus filhos.

Também Tavares (2011), que se debruçou sobre a temática da autonomia e das lideranças escolares, nomeadamente ao nível da gestão dos diretores no contexto social que se vive e da comparação de lideranças e modelos de atuação entre as escolas públicas e privadas, verificou que: No ensino privado, a relação entre alunos, professores e direção é mais próxima do que se verifica no ensino público; A liderança nas escolas públicas privilegia o estilo democrático e nas escolas privadas, encontra-se um estilo de liderança que apresenta características dos estilos democrático, liberal e autocrático; Na escola privada o corpo docente é mais estável do que na escola pública; A escola privada não se preocupa apenas com a lecionação das matérias, mas também com a formação dos alunos, transmitindo-lhes valores educacionais.

Com resultados semelhantes, encontra-se o estudo realizado por Quaresma (2015) que, ao analisar as representações sociais sobre a escola pública partilhadas pelos diretores, professores, alunos e EE/pais, concluiu que o ensino oficial é alvo de olhares estereotipados e que o desvalorizam, sendo que a ausência de enquadramento organizacional, assim como de identidade institucional, de cultura de rigor e de sentido de “segunda família”, aliada à indisciplina, caracterizam a nossa escola pública.

Por sua vez, Naiff et al. (2010) procurou identificar e comparar as representações sociais sobre “habilidades do bom professor” junto de professores do ensino público e do ensino privado, constatando que as habilidades referentes ao conhecimento, dinamismo e paciência, são comuns aos setores público e privado. Já uma análise individual por setor de ensino, demonstrou que os elementos específicos das representações sociais do professor do ensino público foram o compromisso, a comunicação e a dedicação, enquanto que no ensino privado sobressaem a didática, a criatividade e o domínio. A partir dos resultados deste seu estudo, Naiff et al. (2010) concluiu que cada grupo de professores é influenciado



Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

pelo público-alvo que atende na composição de suas representações sociais sobre o “bom professor”.

Em conclusão, os poucos estudos que aqui referimos sobre o ensino público e o ensino privado em Portugal, não só permitem sublinhar a importância de ambos no SEP, como também colocam em destaque e confirmam a controvérsia existente entre estes dois campos de ensino pois, entre os vários estudos realizados, encontram-se resultados diversos.

## **2– A Segurança nas Escolas**

A abordagem teórica a este trabalho procurou seguir uma certa ordem e coerência, pelo que depois de se abordar o SEP, com enfoque para o 1.º CEB, o eixo da nossa atenção volta-se para outro constructo teórico que está inerente a esta investigação: a segurança, mais especificamente, a segurança nas escolas. Desta forma, não só se apresenta o conceito de segurança, como o mesmo é perspectivado no âmbito do setor educativo, elencando-se alguns dados estatísticos sobre a segurança nas escolas portuguesas, com destaque para o 1.º CEB por razões mais do que óbvias. Também não se descure a importância do plano de segurança nas suas várias áreas de intervenção, como ainda é feita referência a alguns projetos de promoção da segurança escolar.

### **2.1. Do Conceito de Segurança à Segurança nas Escolas**

A segurança tem sido um aspeto importante para qualquer sociedade, na medida em que “a segurança de pessoas e bens foi desde sempre uma das prioridades da Humanidade e a sua origem dilui-se na poeira da História” (Andrade, 2011, p. 8).

Apesar de não haver uma só definição de segurança, numa perspetiva geral, entende-se que esta implica, para toda a comunidade, a preservação dos seus valores, assim como a ausência de ameaças contra a mesma e a formulação de objetivos políticos pela comunidade (Escorrega, 2009). Ora, a segurança escolar, no contexto geral da segurança,

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

surge como uma das suas diversas vertentes (Mendes, 2013), pois também se fala, por exemplo, de segurança no trabalho, e é da responsabilidade do órgão de gestão de cada estabelecimento de educação ou de ensino, o qual também pode transferir ou delegar esta responsabilidade a um Professor Delegado para a Segurança (ESEC<sup>1</sup>, s/d; ME, 2003). De qualquer modo, seja o órgão de gestão, seja um professor delegado para a segurança, o responsável pela segurança “deve promover e coordenar a elaboração dos planos de prevenção e de emergência, envolvendo a comunidade educativa no sentido de uma maior abrangência e co-responsabilização” (ESEC, s/d). Ao delegar esta responsabilização pela segurança no professor delegado designado para tal, o órgão de gestão da escola pode delegar as seguintes responsabilidades em matéria de segurança (ME, 2003, p. 77):

- Estar presente, ou fazer-se substituir, durante os períodos de utilização dos edifícios;
- Zelar pela manutenção dos edifícios e das respectivas instalações e equipamentos, promovendo acções regulares de manutenção e conservação, de acordo com as disposições aplicáveis da regulamentação em vigor e com as instruções dos respectivos fabricantes, construtores ou instaladores;
- Promover e acompanhar as vistorias a realizar pelo Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil aos edifícios, sempre que o entendam necessário;
- Solicitar, em situações de emergência, a intervenção dos serviços de socorro;
- Desencadear, no caso de ocorrência de uma situação perigosa, as acções previstas nos planos de segurança;
- Promover a realização dos exercícios para treino e das acções a tomar em situação de emergência;
- Estabelecer as condições a que deve obedecer a cedência dos edifícios a terceiros, nomeadamente em matéria de segurança contra incêndio;
- Manter actualizado o Caderno de Registo da Segurança.

Segundo Fernandes (2015), nos dias de hoje, existe uma grande controvérsia em torno da definição de segurança, o que se deve, em parte, à confusão concetual com outros termos como defesa e estratégia. Constata-se que a tónica tem sido colocada sobre o conceito de segurança, onde este é assumido como sendo essencial para assegurar a paz,

---

<sup>1</sup>Escola Superior de Educação de Coimbra.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

descurando-se conceitos como os de estratégia e de defesa (Fernandes, 2015). Desta forma, ao abordar o conceito de segurança, Fernandes (2015) revela que este “na matriz genética que nutre o seu valor de troca no mercado contemporâneo das ideias, não só não responde substantivamente à estratégia, como semeia ventos de extrema violência no âmbito da racionalidade prudencial desta” (Fernandes, 2015, p. 140).

De facto, considerando-se o Manual de Segurança e Bem-estar nas Escolas, da autoria da Inspeção-Geral da Educação, constata-se que o entendimento de segurança escolar vai de encontro ao que foi supramencionado (Fernandes, 2015), uma vez que esta surge como uma estratégia das escolas e como um importante recurso das mesmas: “A segurança e a educação potenciam-se mutuamente e são recursos indispensáveis à vida” (IGE, 2005, p. 5). Ou seja, segundo a IGE (2005), a promoção de uma cultura de segurança e bem-estar deve ser entendida como uma estratégia prioritária das escolas e não como uma mera obrigação que é estipulada por lei, sendo essencial para garantir a todos os seus alunos, mas também a todos os seus profissionais, um ambiente seguro e agradável. Além disso, esta cultura de segurança e bem-estar tem um impacto positivo na qualidade do sistema educativo bem como no desenvolvimento de competências para o exercício da cidadania (IGE, 2005).

A escola é o local, com a exceção do lar e da sua família, onde as crianças e os adolescentes passam a maior parte de seu tempo (Cristo, 2011), sendo que os problemas sociais que estão relacionados com as crianças e os jovens são o resultado de processos historicamente situados e relativos (Caputo, 1995; Corsaro, 2005).

É, sensivelmente, a partir da década de 80 que a escola começa a surgir como um espaço de insegurança e conflito, onde as crianças e os jovens são vistos como grupos de risco e, concomitantemente, grupos vulneráveis e violentos (Sebastião et al., 2010). E na década de 90, este cenário altera-se também, assistindo-se à introdução de tecnologias voltadas para o controlo de crianças e jovens – a videovigilância, por exemplo – e as escolas começam a ter o seu próprio policiamento escolar (Taylor, 2012). Estas mudanças também se fizeram verificar na realidade portuguesa (Carvalho, 2005).

Atualmente, vigoram duas grandes concepções de segurança: a de *security*, a qual está associada à intervenção policial no cumprimento da lei e na manutenção da ordem e dos

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

interesses públicos; e a de *safety*, que está associada à promoção de uma cultura de segurança visando a prevenção e minimização dos riscos, através da adoção de medidas de autoproteção (Mendes, 2013).

No âmbito desta matéria, e no que respeita à segurança na escola, Venâncio (2014) verificou que é necessário trabalhar as atitudes e os comportamentos das crianças e jovens para a segurança, bem como a dos adultos que lidam com elas. E no entender de Carmona (2005) este é um trabalho que não tem fim, no fundo, que nunca está acabado. A este respeito, vale sublinhar o facto de que os fenómenos do *bullying* e do *cyberbullying* têm sido bastante mencionados no que respeita à segurança das escolas, reconhecendo-se que “quer no bullying, quer no cyberbullying assiste-se a um fenómeno seletivo em que uns (os agressores) rejeitam outros (as vítimas) tendo por base critérios que, nem sempre são facilmente perceptíveis mas cuja aplicação se traduz em atos continuados de violência física ou psicológica sobre um indivíduo que, por causa de uma ou outra fragilidade é incapaz de se defender” (Mendes, 2013, p. 22).

Em termos de matéria legislativa, a segurança da comunidade escolar, em especial no interior das escolas, constitui um pressuposto do direito e da liberdade de aprender enquanto fator determinante de um clima propício à ação dos agentes do sistema educativo e ao desenvolvimento equilibrado da personalidade dos alunos (DL n.º 117/2009, de 18 de maio). A este respeito, e à luz da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, a qual aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, estabelecendo os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação, revogando a Lei n.º 30/2002, de 20 de dezembro, salienta que é um direito do aluno “ver salvaguardada a sua segurança na escola e respeitada a sua integridade física e moral, beneficiando, designadamente, da especial proteção consagrada na lei penal para os membros da comunidade escolar” (alínea j), n.º 1, artigo 7.º). Este mesmo Estatuto estabelece que as finalidades das medidas disciplinares (corretivas, sancionatórias, preventivas, pedagógicas e dissuasoras) visam a segurança de toda a comunidade educativa e que a escola, mas também os pais/encarregados de educação têm o dever de contribuir para a preservação da segurança e integridade física e psicológica de todos os que participam na vida da escola.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

Em 2007, pelo Despacho n.º 222/2007, de 5 de janeiro, foi criada em Portugal uma equipa de missão para a segurança escolar, com um mandato de três anos, com a finalidade de conceber, desenvolver e concretizar sistemas de segurança nas escolas. A esta equipa sucedeu-se a criação do Gabinete Coordenador de Segurança Escolar (GCSE) com a missão de conceber, coordenar e executar medidas de segurança no interior das escolas e perímetro interior da vedação. Tinha ainda a missão de dar formação ao pessoal docente e não docente, desenvolvendo a sua ação em articulação e cooperação com o Programa Escola Segura (Despacho n.º 25650/2006, de 19 de dezembro). Este Programa foi desenvolvido em estreita articulação com as forças de segurança visando promover comportamentos de segurança e combater comportamentos criminais e antissociais. O Gabinete Coordenador de Segurança Escolar foi extinto em 2012, sendo as suas atribuições integradas na Direção-Geral da Educação (DGE).

Também em 2017, por meio do Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro, é aprovado o Regulamento do Programa Escola Segura, revogando o Despacho n.º 25650/2006 e o Despacho n.º 2723/2017, de 31 de março. Este despacho, entende que a prevenção de ocorrências criminais e antissociais, no interior das escolas ou nas suas imediações, é essencial em vários aspetos: 1) para a criação e manutenção de condições objetivas de segurança; 2) para o incremento do sentimento de segurança de toda a comunidade educativa; 3) para a preponderância da prevenção de ocorrências criminais e antissociais nas dinâmicas de inclusão social, no incremento do desempenho escolar e na promoção da frequência escolar (Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro).

Depois de uma abordagem aos conceitos de segurança e de segurança escolar, em seguida, procura-se apresentar um quadro estatístico sobre a segurança nas escolas portuguesas, tendo em conta a publicação de dados mais recente.

#### **i. Alguns Dados Estatísticos sobre a Segurança nas Escolas**

De acordo com o Relatório Técnico do ano letivo de 2014/2015 da Direção-Geral da Saúde, que também contempla a segurança nas escolas, revela que os maus tratos são um fenómeno complexo e multidimensional que tem estado presente nas crianças e nos jovens,

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

tendo um impacto negativo no seu crescimento, desenvolvimento, saúde, bem-estar, segurança, autonomia e dignidade (DGS, 2016). Assim, pela primeira vez, a saúde escolar contemplou o número de crianças e jovens abrangidos pelo Plano Nacional de Saúde Escolar (PNSE), sendo que os casos de maus tratos ou suspeitas de tais, quando sinalizados pela escola, que também tem o dever de proteger os seus alunos, são encaminhados para os Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR).

Os dados são surpreendentes, constatando-se que, no ano letivo de 2014/2015, o número de crianças e jovens do 1.º CEB sinalizados por maus tratos, entre todos os níveis de ensino (do pré-escolar ao secundário), foi o que apresentou o maior número (31%). Atente-se à tabela que se segue.

**Tabela 1: Número de crianças e jovens sinalizados para os NACJR (2014/2015)**

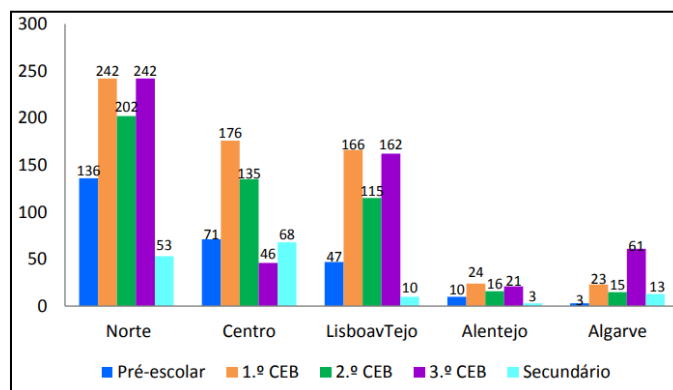
	N	%
Pré-escolar	267	13
1.º CEB	631	31
2.º CEB	483	23
3.º CEB	532	26
Secundário	147	7
Total	2060	100%

Fonte: Adaptado de DGS (2016).

Quando se analisam os dados referentes à sinalização de crianças e jovens por maus tratos em função da região e no respeitante ao 1.º CEB, verifica-se que foi na região Norte que ocorreram mais casos, seguindo-se as regiões Centro e de Lisboa/Tejo. Por sua vez, as regiões do Alentejo e do Algarve são as que apresentam menores números de casos de sinalização de crianças e jovens por maus tratos. (ver figura seguinte).

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

**Figura 5: Sinalização de crianças e jovens por maus tratos e região (2014/2015)**



Fonte: DGS (2016, p. 17).

Relativamente à segurança escolar, no ano letivo de 2014/2015, foram avaliadas 2230 escolas e detetou-se a existência de uma boa segurança em muitas escolas, mas em diferentes aspetos. Ou seja, em termos de boa segurança, é em relação ao meio envolvente e à zona de alimentação coletiva que existem mais escolas seguras (ver a tabela que se segue).

**Tabela 2: Número de escolas com nível de segurança “bom” (2014/2015)**

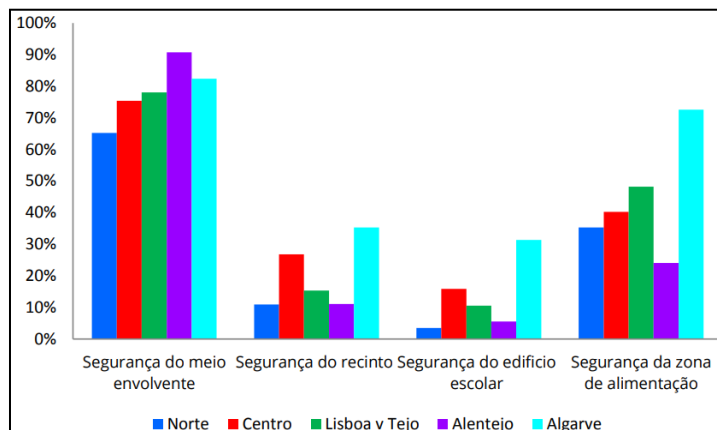
Segurança do/a	N	%
Meio envolvente	1616	72
Recinto	370	17
Edifício escolar	206	9
Zona de alimentação coletiva	912	41

Fonte: DGS (2016, p. 18).

A figura 6 proporciona uma análise mais aprofundada das escolas por região e em que a avaliação da segurança foi considerada “boa”, revelando que em relação: ao meio envolvente, existem mais escolas seguras no Alentejo e no Algarve; ao recinto e ao edifício escolar, existem mais escolas seguras no Algarve e no Centro de Portugal; à zona de alimentação coletiva, existem mais escolas seguras no Algarve e em Lisboa/Tejo.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

**Figura 6: Escolas classificadas com “boa segurança” por regiões (2014/2015)**



Fonte: DGS (2016, p. 19).

Face ao número de acidentes escolares, embora estes aconteçam, podem ser prevenidos e entende-se que é na prevenção que as escolas devem investir, pois o número registado é significativo: um total de 50590 acidentes. No ano letivo de 2014/2015 registou-se um total nacional de 50590 acidentes escolares. Foi no 3.º CEB que se registaram mais acidentes escolares (n=14868), seguindo-se o 1.º CEB (n=14380). O ensino pré-escolar e o ensino secundário, são os ensinos em que se registou o menor número de acidentes, 2726 e 6596, respetivamente.

**Tabela 3: Número de acidentes escolares registados (2014/2015)**

	N	%
Pré-escolar	2726	5
1.º CEB	14380	29
2.º CEB	12020	24
3.º CEB	14868	29
Secundário	6596	13
Total	50590	100%

Fonte: Adaptado de DGS (2016).

Apesar de existirem programas de segurança escolar e da própria segurança ser uma questão cada vez mais importante para as instituições escolares, sendo tida em linha de conta nos seus planos de saúde e de segurança como um importante aspeto para a educação,



Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

para o SEP e para a própria sociedade, entende-se que ainda há um longo caminho a percorrer.

## **ii. A Importância do Plano de Segurança nas suas Várias Áreas de Intervenção**

A segurança escolar, como já se referiu anteriormente, deve ser promovida e defendida por toda a comunidade educativa e por isso, pelos alunos, mas também pela escola (pessoal docente e não docente), pelos pais/EE e pelas autarquias (ESEC, s/d). Neste sentido, não só é importante divulgar informação sobre as questões de segurança, como é igualmente crucial promover o seu conhecimento, criar uma cultura de segurança e integrar esta questão no projeto educativo de cada escola. Portanto, “além de um bom conhecimento e informação neste âmbito, importa criar uma cultura de segurança, nomeadamente interiorizando procedimentos e comportamentos e adotando as necessárias medidas de prevenção. É recomendável que a temática da segurança esteja integrada no Projeto Educativo da escola, tendo em vista uma melhor sensibilização de todos e contribuir para desenvolver um comportamento coletivo de segurança” (ESEC, s/d, p. 1).

A este respeito, importa também reconhecer que os planos de segurança nas escolas são extremamente importantes no que diz respeito à divulgação e ao cumprimento efetivo das normas e procedimentos de segurança nas atividades curriculares e extra-curriculares, por exemplo, as áreas curriculares das ciências experimentais (a nível laboratorial) e as atividades extra-curriculares realizadas no exterior da escola (Mendes, 2013).

Por outro lado, verifica-se que o plano de segurança de uma escola abrange áreas que, apesar de presentes no dia-a-dia da comunidade, não assumem um lugar de maior relevo (Mendes, 2013). Portanto, “sabe-se, por exemplo, que não são os domínios da avaliação de riscos, da prevenção de acidentes ou das normas de segurança contra incêndio que levam os encarregados de educação a optar por esta ou aquela escola para matricular os seus educandos. Fatores como a proximidade da área de residência, a qualidade (medida através das taxas de sucesso escolar) e o custo do ensino assumem os lugares de topo na seleção de um determinado estabelecimento de ensino, por parte dos encarregados de educação” (Mendes, 2013, p. 24).

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

Os planos de segurança são extremamente importantes para a segurança escolar, tendo como principal finalidade a preparação e organização dos meios existentes na escola a fim de assegurar a salvaguarda dos seus indivíduos mediante a ocorrência de uma situação perigosa (ME, 2003), pelo que não se pode descorar a transversalidade das áreas de intervenção de um plano de segurança na vida da comunidade educativa (Mendes, 2013). Assim sendo, estes devem integrar o plano de prevenção, obrigatório para todos os estabelecimentos de educação e de ensino e o plano de emergência, que visa a preparação e organização dos meios de cada estabelecimento, e deve incluir o plano de atuação e o plano de evacuação (ESEC, s/d). O objetivo, é “prevenir situações de risco, definir planos previsionais que minimizem as consequências diretas e indiretas de um eventual sinistro, designar pessoas com missões específicas na aplicação dos planos e pormenorizar ações a desenvolver em situações de emergência, nomeadamente em caso de incêndio, sismo, fuga de gás, alerta de bomba, etc.” (ME, 2003, p. 75).

O ME (2003) acrescenta ainda que os Planos de Prevenção e Emergência devem contemplar as várias situações de emergência possíveis e definir, para cada uma delas, medidas e procedimentos a adotar, definindo as disposições que permitirão resolver os problemas de prevenção, alarme, alerta, proteção, evacuação e primeira intervenção. Atente-se à tabela que se segue.

**Tabela 4: Plano de segurança**

Plano de prevenção	<ul style="list-style-type: none"><li>• Identificar, prevenir e reduzir os riscos de ocorrência e desenvolvimento de incêndios e garantir a permanente operacionalidade dos meios, dispositivos e equipamentos ligados à segurança contra incêndio;</li><li>• Definir as regras de segurança, de exploração e de comportamento a adoptar;</li><li>• É elaborado e constituído nos termos das “normas de segurança contra incêndio a observar na exploração de estabelecimentos escolares” anexas à Portaria n.º 1444/2002, de 7 de Novembro, incluindo: informações relativas ao estabelecimento e às pessoas que compõem a estrutura interna de segurança; plantas de segurança (à escala 1/100); programas de conservação e manutenção; caderno de registo da segurança.</li></ul>
--------------------	--

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

Plano de emergência	<ul style="list-style-type: none"><li>• Circunscrever os sinistros e limitar os seus danos, sistematizar a evacuação enquadrada dos ocupantes e facilitar a intervenção dos bombeiros;</li><li>• É elaborado nos termos das “normas de segurança contra incêndio a observar na exploração de estabelecimentos escolares” anexas à Portaria n.º 1444/2002, de 7 de Novembro, incluindo: informações relativas à organização da segurança; o plano de actuação, que deve “contemplar, com base no conhecimento prévio dos riscos existentes em cada estabelecimento, a organização e a pormenorização das acções e dos procedimentos a adoptar numa situação de emergência”; o plano de evacuação, que “deve estabelecer os procedimentos a observar por todo o pessoal do estabelecimento, docente e não docente, relativos à articulação das operações destinadas a garantir a evacuação ordenada, total ou parcial, rápida e segura dos ocupantes para o exterior no caso de ocorrência de situações consideradas perigosas”.</li></ul>
---------------------	--

Fonte: Adaptado de ESEC (s/d).

De facto, os planos de segurança devem ser adequados à realidade de cada escola, contudo, estes são essenciais para vida da comunidade educativa, envolvendo diferentes áreas de intervenção (Mendes, 2013): 1) os documentos orientadores de escola e as práticas da mesma (planificadas na organização e realização de exercícios de evacuação e simulacros, por exemplo); 2) os edifícios escolares e as suas imediações (caraterísticas de construção, disposição e acessos); 3) as instalações técnicas e os equipamentos são intervencionados face à verificação periódica das condições de utilização dos mesmos; 4) a verificação da existência e o fomento de hábitos de higiene, segurança e saúde.

### **iii. Projetos de Promoção da Segurança nas Escolas**

Entre os vários projetos, programas e outras iniciativas de promoção da segurança escolar, neste trabalho, salientam-se três: o Programa Escola Segura (PES), o Módulo Cidadania e Segurança e o Programa Aferição.

O PES resulta da celebração de um protocolo, em 1992, entre o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Educação, tendo como principal objetivo melhorar os índices de segurança (objetiva e subjetiva) no seio das escolas que, na altura, eram

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

consideradas problemáticas (PSP<sup>2</sup>, s/d). Este programa aplica-se a todo o território nacional e abrange todas as instituições de educação e de ensino (e por isso, instituições públicas, privadas e cooperativas) com a exceção das do ensino superior, caracterizando-se pela atuação da PSP, a qual deve assegurar a segurança nas escolas (PSP, s/d).

O PES é encarado como um modelo de atuação pró-ativo com enfoque nas escolas, com o objetivo de garantir a segurança, prevenir e reduzir a violência, assim como os comportamentos de risco e as incivildades, e melhorar o sentimento de segurança no meio escolar e no meio em que a escola está inserida, com a participação de toda a comunidade (Despacho n.º 25650/2006). Além disso, o PES também se procura assumir como um programa que estimula e promove as iniciativas e projetos voltados para a promoção de valores de cidadania e de civismo em meio escolar e que pretende contribuir para um desenvolvimento, mais harmonioso, deste público (ou seja, das crianças e jovens) (Poiares, 2012).

As equipas da PSP que participam neste programa, as designadas equipas da PSP do Programa Escola Segura (EPES), correspondem ao primeiro nível de atuação policial junto da população escolar e desempenham ações de prevenção criminal, ações pedagógicas e ações de sensibilização e dadas as suas várias áreas de intervenção, a sua ação é direcionada para diferentes vertentes (ver tabela seguinte).

**Tabela 5: Responsabilidades e vertentes da ação das EPES**

Responsabilidades	<ul style="list-style-type: none"><li>• Garantir a segurança, visibilidade e proteção de pessoas e bens nas áreas escolares;</li><li>• Promover uma boa relação e troca de informação permanente entre a Polícia e os membros da comunidade educativa;</li><li>• Desenvolver, de forma sistemática, ações de sensibilização e de formação junto da comunidade escolar;</li><li>• Sinalizar situações de jovens em risco, com comportamentos delinquentes, consumos de substâncias estupefacientes ou álcool ou prática reiterada de incivildades ou crimes, no sentido de os mesmos serem encaminhados para</li></ul>
-------------------	---

---

<sup>2</sup>Polícia de Segurança Pública.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

	<p>as entidades competentes;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetuar o diagnóstico da situação de segurança das imediações dos estabelecimentos de ensino na sua área de responsabilidade e informar as autoridades competentes, através da cadeia de comando, para a sua resolução;</li> <li>• Apoiar as vítimas de crimes e proceder ao seu encaminhamento pós-vitimação para as entidades competentes;</li> <li>• Procurar a colaboração do público, indo ao seu encontro, reunindo-se com os conselhos executivos, associações de pais e associações de estudantes, procurando a adesão destes para o esforço coletivo de segurança;</li> <li>• Fornecer informações úteis aos alunos e restantes membros da comunidade educativa que permitam estabelecer relações de confiança e diálogo e um clima favorável à prevenção.</li> </ul>
Vertentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visibilidade e proximidade;</li> <li>• Prevenção de ilícitos criminais e de contraordenação;</li> <li>• Prevenção de incivilidades;</li> <li>• Fiscalização de trânsito;</li> <li>• Segurança rodoviária;</li> <li>• Fiscalização de estabelecimentos e outras áreas, frequentados por menores;</li> <li>• Ações de sensibilização e de formação.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de PSP (s/d).

O Programa Aferição é apresentado pela IGE (2005) e é direcionado para a educação e segurança, passando por três pontos principais: Especificação de ações indutoras de segurança e bem-estar em função dos indicadores e sub-indicadores de contexto e processo constantes na matriz de aferição, tendo em vista o questionamento sobre as práticas em uso e devendo responder a questões como: o que têm feito?; como têm feito?; quem é que faz?; e com que frequência o faz?.; Glossário, onde está em foco a terminologia em uso nesta atividade; Disposições legais e documentos de referência (apresentação de diplomas e documentos de referência).

Já em relação ao módulo “cidadania e segurança”, importa, antes de mais, esclarecer que as orientações internacionais referentes à Proteção Civil são implementadas, no nosso país, através da Lei de Bases da Proteção Civil (LBPC) aprovada pela Lei n.º 113/91, de 29

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

de agosto, posteriormente revogada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, operacionalizada pela Circular n.º 18/2007, de 11 de dezembro (Inácio, 2010). Este módulo, na prática, traduz-se na realização de cinco aulas (com duração de 90 minutos) na área não curricular de *Formação Cívica*, contemplando três temas distintos – *Viver com os outros*, *As situações de conflito e a violência* e *Comportamentos específicos de segurança* –, tendo como principais objetivos (Inácio, 2010, p. 20):

- Promover a compreensão da importância do valor da relação com os outros e da construção de regras de convivência na escola e na sociedade;
- Aumentar a capacidade para a resolução de situações de conflito de forma não violenta;
- Promover competências para agir adequadamente face à agressão;
- Desenvolver a capacidade de identificação de comportamentos de risco e incentivar atitudes de prevenção;
- Desenvolver uma cultura de segurança e capacitar para a auto-proteção.

Contudo, segundo Inácio (2010), este módulo privilegia e sobrevaloriza a segurança assente na conceção de *security* e revela-se difícil de abordar e alcançar o que é estabelecido na, anteriormente citada, Circular. Isto porque, “não que se discorde com a relevância que esta temática tem de assumir, e cada vez mais, no quotidiano escolar. Apenas a triste constatação de que, com a carga horária estipulada para este módulo, o seu terceiro tema que é o que está focalizado na vertente —*safety*, terá na melhor das hipóteses, a atribuição de duas aulas de 90 minutos” (Inácio, 2010, p. 20).

Apesar de existirem vários programas e projetos que visam promover a segurança escolar e uma cultura de segurança nas escolas, sejam elas públicas, privadas ou cooperativas, é da responsabilidade das escolas desenvolverem os seus planos de segurança e os seus projetos tendo em conta a realidade em que estão inseridas. Já em relação às escolas privadas, impera salientar que também elas são abrangidas pelo quadro legal das escolas públicas no que toca a matéria de segurança, bem como pelos seus programas e projetos (por exemplo, o PES).

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

### **3– Da Escola às Escolhas dos Encarregados de Educação quanto à Segurança**

Este quarto ponto assume um cariz mais específico, na medida em que o mesmo se foca exclusivamente na escola e aborda os motivos que justificam as escolhas dos pais/EE em relação à escola do 1.º CEB do seu educando. Tendo em conta o âmbito de realização deste estudo, realizado no âmbito da Licenciatura em Criminologia, é também nesta secção que se faz referência ao processo de escolha do estabelecimento de ensino em função do quadro normativo e legal português. Ou seja, ao direito dos pais em escolherem a escola e o tipo de ensino para os seus filhos/educandos. O seu objetivo passa por conhecer os motivos da escolha dos pais/EE face à escola pública ou privada em função do contexto social e material, do corpo docente, da segurança do seu filho/educando e das suas características pessoais, o que também foi tido em conta no inquérito por questionário construído no âmbito deste trabalho.

#### **3.1. A Escola e as suas Funções**

A escola nem sempre assumiu a importância que assume nos nossos dias. Aliás, anteriormente, e não assim há tanto tempo, a família é que era responsável pela transmissão dos valores culturais, regras sociais, costumes e era ela que preparava as gerações mais novas para um ofício (Cumbelembe, 2015). Portanto, “educava-se e recebia-se educação ao mesmo tempo que se vivia” (Gaspar e Fernando, 2010, p. 6).

No entanto, foram ocorrendo várias mudanças na sociedade e a transformação da escola coincidiu com o surgimento da escrita, por via “da necessidade da vida social, de registar, controlar o movimento da economia no que se refere às entradas e às saídas dos produtos armazenados do nome das pessoas nas vendas” (Fernando, 2010, p.14).

A função da escola refere-se ao desempenho ou missão que lhe é confinada, por parte da sociedade (Cumbelembe, 2015) e atualmente, pode-se dizer que uma das suas funções passa pela transmissão de saberes culturais e sociais e da leitura, escrita e cálculo, na medida em que ela é uma “unidade básica e espaço de realização dos objetivos e metas do sistema educativo” (Libâneo, 2013, p. 31). De acordo com Libâneo (2013) a escola assume

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

uma vasta panóplia de funções, entre elas: formar indivíduos capazes de pensar e aprender permanentemente; prover formação global que constitua patamar para atender a necessidade de maior e melhor qualificação profissional, preparação tecnológica e desenvolvimento de atitudes e disposições para a vida numa sociedade tecnoinformacional; desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício da cidadania e Formar cidadãos éticos e solidários.

Pensar a função da escola implica ter em linha de conta de que ela é um espaço de aprendizagem e o espaço do conhecimento poderoso, sendo uma instituição com um objetivo específico: a promoção da aquisição do conhecimento (Young, 2007). De facto, a escola proporciona melhores condições de igualdade social perante uma formação de carácter científico e de uma aprendizagem real e efetiva para o aluno, mas também a formação intelectual que a mesma proporciona é fundamental para o processo formativo, bem como para o desenvolvimento pessoal e social (Oliveira et al., 2013).

A escola desempenha um papel fundamental na formação do indivíduo, não só em termos pessoais como em termos sociais, mas é também um espaço de conhecimento e onde o aluno tem a oportunidade de o adquirir e potenciar. Recorde-se que “o conhecimento é uma atividade pela qual o homem se diferencia dos outros animais e, na medida em que o adquire, melhora suas próprias condições de existência em diversos aspetos, especialmente o moral, o intelectual e o material” (Oliveira et al., 2013, p. 146).

Sendo uma instituição de ensino e aprendizagem, a escola, enquanto instituição social, visa garantir a padronização, conservação e transmissão da escrita, do cálculo e das ferramentas cruciais para a integração na sociedade, transmitir os valores culturais e sociais vigentes na mesma, estimular o desenvolvimento da personalidade do aluno e desenvolver no mesmo, capacidades de trabalho (Boa Ventura, 2010 cit. in Cumbelembe, 2015).

Neste sentido, acredita-se que é dever da escola responder às necessidades que, subjetivamente, estão inerentes à sua função no âmbito de uma sociedade democrática, pelo que o conhecimento produzido para as pessoas deve partir do saber científico e do quotidiano (Oliveira et al., 2013).



Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

### **3.2. Os Encarregados de Educação em Relação à Escolha da Escola**

A criança passa muito tempo na escola, pela que a escolha da escola é uma questão de grande importância para os pais/EE, nomeadamente quando está em causa a escolha da escola do 1.º CEB, pois as crianças ainda são pequenas e há uma grande responsabilidade inerente a estes primeiros quatro anos de ensino.

A literatura que versa sobre o tema permitiu encontrar vários estudos que procuraram perceber quais os aspetos que importam para os pais, aquando da escolha do estabelecimento de ensino, evidenciando diferentes elementos.

Segundo Oliveira (2008), muitos pais têm em linha de conta aspetos como a orientação pedagógica da escola, a sua localização, o espaço físico, o corpo docente, recomendações de amigos, entre outros. Santomé (2003) tem uma linha de pensamento semelhante à anterior, defendendo que os pais/EE consideram elementos como as opções curriculares existentes na escola, as políticas escolares, o tipo de contrato que é celebrado com os docentes e a orientação pedagógica da instituição. No mesmo sentido, Oliveira (2005) salienta que dos aspetos mais importantes para os pais, aquando da sua visita à escola, é a sua metodologia e a sua proposta pedagógica.

Também Fernandes (2011) procurou aferir, através de um estudo exploratório, as razões que estão na base da escolha da escola por parte dos pais. Os resultados do seu estudo revelam que as razões de escolha da escola se diferenciam por via da variável lugar de classe, tanto quanto se diferenciam por via de outras variáveis, tais como o nível de escolaridade dos pais, o número de filhos e as expectativas de futuro escolar.

Já Carvalho (2004), que se distancia das perspetivas acima mencionadas, introduz outros aspetos que nos parecem importantes. Segundo a autora, na escolha da escola também pesam as condições económicas da família, bem como questões religiosas (como crenças, por exemplo), o estatuto, as expectativas dos pais, as características do filho/educando e a possibilidade de estabelecer amizades, aspeto este que é de grande importância para os pais. No mesmo sentido, Pereira (2010) sublinha que na escolha, ativa e/ou estratégica, do estabelecimento de ensino é necessário ter capital (financeiro, social e

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

cultural), pois só assim os pais/EE possuem capacidades para contornar a complexidade inerente ao processo de escolha da escola para o seu educando.

Por sua vez, Silva (2003), subordinando-se à realidade do Reino Unido, coloca em destaque um outro aspeto que contribui para a escolha dos pais/EE por determinado estabelecimento de ensino. Isto é, Silva (2003) salienta que, neste país, as escolas publicitam os seus serviços para dar a conhecer as suas características, formando um mercado de escolha, pelo que este maior investimento das escolas em dar a conhecer o seu método, o seu espaço e os seus recursos, também influencia a escolha dos pais pela escola. A este respeito, concorda-se com Silva (2003), pois através de ações de marketing as instituições de ensino chegam mais rapidamente ao seu público-alvo (pais/EE e filhos/educandos). Além disso, uma vez que os estabelecimentos de ensino compõem, aquilo que Silva (2003) chama de mercado de escolhas, concorda-se com Pereira (2010) quando se refere aos pais/EE como consumidores deste mercado, pois é-lhes permitida a livre escolha das escolas de acordo com o que entendem ser o melhor para os seus filhos/educandos, mas também fica perceptível que a classe social exerce influência, junto dos pais/EE, sobre a escolha dos estabelecimentos de ensino. Aliás, algumas investigações, como as de Gewirtz et al. (1995), demonstram que os alunos da classe média vão para as melhores escolas e que os alunos da classe baixa vão para escolas com menos recursos.

Se os pais não conhecerem as várias oportunidades educativas existentes, seja pelas mais diversas razões (por não pesquisarem informação sobre as escolas; por não terem acesso à informação (seja através da internet, seja pela falta de disponibilidade em se dirigir à escola, por exemplo, incompatibilidade do horário de trabalho com o horário de atendimento da escola); ou por não terem conhecimento desta realidade e de todo o panorama), podem não consultar nem contemplar determinada escola porque não têm conhecimento da sua existência. Desta forma, através de ações de publicidade, as escolas conseguem chegar aos pais e aos filhos, dando-se a conhecer (a sua pedagogia, os seus recursos, as suas regras, etc.).

Concluindo, verifica-se que aquando da escolha do estabelecimento de ensino, são várias as razões ou os aspetos que podem ser tidos em conta pelos pais/EE: Linha pedagógica que é adotada na escola; Composição e formação do corpo docente; Atitude em

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

relação à disciplina e regras de funcionamento do estabelecimento de ensino; Qualidade e tipo de instalações; Localização; Horário de funcionamento (Dutschke, 2009). No entanto, concorda-se com Dutschke (2009, p. 37), quando afirma que “quando os pais fazem a escolha da escola para os seus filhos, é necessário em primeiro lugar saber ‘o que se quer da escola?’. Assim fica mais claro o que se deve levar em consideração e em que medida cada um dos pontos a considerar deve ter prioridade”. Portanto, aquando da escolha da escola dos seus educandos, os pais/EE devem refletir sobre o que esperam da mesma, isto é, o que no seu entender é importante para si, enquanto preocupações que têm face à frequência do filho na escola, mas também sobre o que é importante para o educando. Por exemplo, os pais podem, aquando da escolha da escola, ter em conta aspetos como a localização e as atividades extra-curriculares que a mesma proporciona. Neste sentido, terão que ponderar sobre o que é mais importante: a localização da escola ou as atividades extra-curriculares de que esta dispõe.

Duru-Bellat (2005) fez referência a várias investigações, encontrando uma grande panóplia de razões que justificam ou que estão na base da escolha da escola por parte dos pais/EE, referindo que tais factos revelam que a família está recetiva à qualidade do ensino da escola. E, em nosso parecer, depois de desenvolvido este quadro teórico-concetual que sustenta, teorica e empiricamente este estudo, acrescenta-se a preocupação da família com a segurança do seu filho/educando.

### **3.3. O Direito dos Pais/EE à Livre Escolha do Estabelecimento de Ensino dos seus Filhos/Educandos**

Neste ponto, importa explicar que o seu objetivo não passa por elencar, por exemplo, as várias fases ou os passos do processo de seleção da escola do 1.º CEB por parte dos pais/EE. Em primeiro lugar, numa perspetiva pessoal, entende-se que não há um processo único de seleção que ajude os pais/EE a tomar a sua decisão. Isto é, como se viu, são várias as razões que estão na base da escolha da escola e além de se verificar que diferentes pais/EE apresentam diferentes razões/motivos, também se verifica, de igual modo, que as

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

estratégias e a forma como os próprios pais/EE desenvolvem e conduzem este processo de seleção e escolha da escola é bastante diversificado.

Assim sendo, para se abordar o processo de escolha da escola por parte dos pais/EE tem-se em linha de conta o quadro normativo existente em Portugal e que regulamenta a escolha dos pais face à escola dos seus filhos.

Atendendo à LBEPC (Lei n.º 9/79, de 19 de março), nomeadamente ao seu artigo 1.º, fica perceptível que a educação e a cultura devem estar ao acesso de todos, sendo um direito fundamental do indivíduo. É também neste artigo que é consagrada a responsabilidade do Estado em criar condições que possibilitem a igualdade de acesso e de oportunidades no exercício da livre escolha entre as diversas vias educativas e de condições de ensino, sendo reconhecida, aos pais/EE, a prioridade na escolha do processo educativo e de ensino para o seu educando.

Visando a liberdade de escolha dos pais/EE face à escola dos seus filhos, em 1990 foi publicado o DL n.º 553/80, de 21 de novembro, o qual aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo e estabelece, no número 1 do seu artigo 2.º, que “o Estado reconhece a liberdade de aprender e de ensinar, incluindo o direito dos pais à escolha e à orientação do processo educativo dos filhos”.

Dando continuidade ao estabelecido pela LBEPC, a Lei n.º 65/79 de 4 de outubro, a qual consagra a liberdade do ensino, também reconheceu o direito dos pais/EE face à educação e ensino dos seus educandos à luz das suas convicções: “A liberdade do ensino compreende a liberdade de aprender e de ensinar consagrada na Constituição, é expressão da liberdade da pessoa humana e implica que o Estado, no exercício das suas funções educativas, respeite os direitos dos pais de assegurarem a educação e o ensino dos seus filhos em conformidade com as suas convicções ” (artigo 1.º).

As duas leis supracitadas são extremamente importantes no que concerne à matéria de escolha da escola e do processo de ensino-aprendizagem, consagrando a liberdade de aprender e a liberdade de ensinar (artigo 43.º, DL n.º 553/80, de 21 de novembro) e reconhecendo o papel essencial da família no processo educativo do educando (artigo 67.º, DL n.º 553/80, de 21 de novembro). Isto porque, por um lado, reconhecem aos pais/EE a

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

legitimidade para escolherem o processo educativo e de ensino para os seus educandos à luz das suas convicções e por outro, atribuem ao Estado a obrigação de garantir a existência da igualdade de oportunidades relativamente ao exercício da livre escolha entre a vasta panóplia de opções de vias educativas e de condições de ensino (DL n.º 553/80, de 21 de novembro).

Para terminar, não se pode descurar o Despacho Conjunto n.º 60/SERE/SEAM/90, de 14 de setembro, o qual contribuiu para a consolidação do direito dos pais/EE em escolherem, livremente, a escola dos seus filhos. Entende-se que este Despacho é importante para o entendimento desta matéria, pois ainda que “em regime de experiência autoriza, para o ano letivo seguinte a livre escolha de escola, por parte do encarregado de educação, nas localidades não consideradas em regime de saturação ou ruptura escolar. Ainda que o impacto das suas consequências esteja por estudar, não cremos que tenha sido muito significativo; cremos, sim, que o seu valor simbólico é enorme, porque nos aproxima do regime da liberdade de escolha do estabelecimento de ensino” (Dutschke, 2009, p. 52). Portanto, este documento legal veio determinar a possibilidade dos EE escolherem o estabelecimento de ensino a frequentar pelos seus educandos, o que ainda hoje acontece.

### 3.4. Síntese

Este primeiro capítulo, intitulado de *A Segurança no Ensino Público versus Ensino Privado*, é de pendor teórico e nele, procurou-se construir um quadro teórico-concetual que sustentasse este estudo em termos de evidências teóricas, científicas e estatísticas.

O SEP é composto por cinco níveis de ensino – pré-escolar, básico, secundário, pós-secundário não superior e superior – sendo no ensino básico, mais particularmente, no 1.º CEB que este trabalho se focou. O 1.º CEB, correspondente ao ensino primário, inicia a escolaridade obrigatória e abrange quatro anos de escolaridade – do 1.º ao 4.º ano –, contemplando diferentes componentes do currículo: áreas disciplinares de frequência obrigatória; áreas não disciplinares; e a disciplina de frequência facultativa (ver tabela 2). Assistiu-se a uma diminuição do número de escolas públicas e do número de alunos

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

matriculados no ensino público entre o período de 1961 e de 2018. Contudo, face ao ensino privado, no período homólogo, verifica-se que o número de escolas privadas diminuiu e mediante as suas várias oscilações, aponta-se o período que compreende os anos de 1989 a 1992, como o período em que se atingiu o pico de maior número de escolas privadas do 1.º CEB. Já relativamente ao número de alunos matriculados nas escolas privadas portuguesas entre 1961 e 2018, encontrou-se um aumento de 41211 (em 1961) para 52409 (em 2018) alunos matriculados.

A segurança escolar deve ser promovida e defendida por toda a comunidade educativa, o que abrange os alunos, a escola (isto é, pessoal docente e não docente), os pais/EE e as autarquias, sendo fundamental divulgar informação sobre as questões de segurança, como é igualmente crucial promover o seu conhecimento, criar uma cultura de segurança e integrar esta questão no projeto educativo de cada escola. Neste aspeto, a escola é responsável por elaborar o seu plano de segurança, o qual engloba diversas áreas e tem em vista a preparação e organização dos meios existentes no estabelecimento de ensino para garantir a salvaguarda dos seus indivíduos em caso de ocorrência de uma situação perigosa (ME, 2003). Este integra o plano de prevenção e o plano de emergência que, por sua vez, deve incluir o plano de atuação e o plano de evacuação.

Em relação aos motivos que mais contribuem ou que mais influência têm na escolha da escola dos pais/EE, a literatura que versa sobre o tema permite realçar, relativamente: À escola: os pais privilegiam a orientação, metodologia e proposta pedagógicas da escola (abrangendo as políticas escolares e as opções curriculares), a sua localização e espaço físico, as recomendações de terceiros; Aos professores: os pais têm em conta o corpo docente e o tipo de contrato celebrado com o mesmo; Aos próprios pais/EE: importa ter em consideração o nível de escolaridade dos pais, o número de filhos, as condições económicas, as opções religiosas e culturais, o estatuto e as expectativas de futuro escolar; Aos filhos/educandos: os pais têm em conta as características do filho, a possibilidade de estes criarem amizades. A livre escolha do estabelecimento de ensino do seu filho/educando é um direito concedido aos pais/EE, assim sendo, fica subjacente a importância que a mesma desempenha no processo de desenvolvimento, bem como no processo de ensino-aprendizagem do mesmo.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

## **Capítulo II – Metodologia**

### **Introdução**

Etimologicamente, a palavra *metodologia* resulta da união dos termos *methodos* (o qual se refere a organização) e *logo* (que traduzido, significa palavra), dizendo respeito ao estudo e à razão (Reis, 2010). Nesta ordem de ideias, este capítulo debruça-se sobre a metodologia adotada no presente estudo, entendendo-se que esta se traduz no “conjunto dos métodos e das técnicas que guiam a elaboração do processo de investigação científica” (Fortin, 2003, p. 372). Mediante o exposto, não só se formula a pergunta de partida do estudo aqui apresentado, como se elencam os seus objetivos (geral e específicos), o método e tipo de estudo desenvolvido, a população de estudo, o instrumento de recolha de dados e os procedimentos realizados ao longo desta investigação.

## **4– Metodologia**

### **Pergunta de Partida**

A pergunta de partida designada, por Fortin (2003), de pergunta de investigação, é: *Quais as razões mais pertinentes para a escolha do tipo de escola por parte dos pais/EE de crianças do 1.º CEB?*

### **Objetivos**

Nesta investigação, o objetivo geral, que representa “a dimensão mais ampla pretendida com a pesquisa” (Reis e Frota, s/d), passa por perceber quais as razões que levam os pais/encarregados de educação a optar pela escola pública ou pela escola privada no 1.º CEB quanto à segurança dos filhos na escola. Por outro lado, foram definidos quatro objetivos específicos, aqui assumidos como “metas específicas da pesquisa que

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

sucessivamente complementam e viabilizam o alcance do objetivo geral” (Reis e Frota, s/d). Os objetivos específicos deste estudo são:

- Construir um questionário que permita aferir quais os motivos relativos à segurança na escola que levam os EE a optar pelo ensino público ou privado no 1.º CEB;
- Conhecer as razões que levam os pais a escolher o tipo de escola para os filhos;
- Verificar se existem diferenças entre as razões dos pais e as das mães quanto à escolha do tipo de escola para os filhos, considerando a idade destes;
- Verificar se existem diferenças entre as razões dos pais e as das mães quanto à escolha do tipo de escola para os filhos, considerando o sexo destes.

#### **4.1. Método**

A palavra *método* deriva do grego e do latim, dos termos *methodos* e *methodus*, respetivamente, sendo o método que possibilita a construção dos seus conhecimentos, do investigador, face à ciência, refletindo o percurso percorrido para alcançar os objetivos definidos (Turato, 2003).

De acordo com Fortin (2003), o método de estudo deve, sempre, ser escolhido à luz das metas que se pretendem atingir, pelo que neste estudo se optou pelo método qualitativo, tratando-se de um estudo exploratório.

#### **4.2. Amostra**

A população ou universo de estudo corresponde ao “conjunto de todos os sujeitos ou outros elementos de um grupo bem definido tendo em comum uma ou várias características semelhantes e sobre o qual assenta a investigação” (Fortin, 2003, p. 373). Pelo que neste estudo, a população abrange os pais/EE de crianças do 1.º CEB. Por seu lado, a amostra do estudo refere-se ao “subconjunto dos elementos da população. Os resultados obtidos na amostra permitem estimar os verdadeiros resultados da população de onde foi retirada, caso



Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

a amostra seja representativa” (Fonseca, 2008, p. 52), pelo que esta investigação contará com a participação de quarenta pais/EE.

#### **4.3. Instrumentos**

Este estudo visou a construção de um instrumento de recolha de dados, composto por trinta e quatro questões de resposta sim ou não, que permite recolher informação sobre as razões/motivos que, os pais/EE de uma criança que frequenta ou que vai começar a frequentar o 1.º CEB, contribuíram para a sua escolha pelo ensino público ou pelo ensino privado, considerando o contexto (social e material), o corpo docente, a segurança do seu/sua filho/a e as suas características pessoais (Anexo 1).

Entendeu-se que o inquérito por questionário era um instrumento útil e válido para avaliar os objetivos a que nos propusemos, assumindo-se que este se traduz numa interrogação particular sobre determinada situação, uma série de perguntas que abrange indivíduos com o objetivo de generalizar, o que se deve ao facto de questionar um grupo representativo de indivíduos (Ghiglione e Matalon, 2001; Quivy e Campenhoudt, 2005).

O questionário é composto por 14 questões principais, todas elas de resposta fechada, distribuídas por duas partes: caracterização geral dos pais/EE emotivos da escolha. A primeira parte irá permitir caracterizar a amostra face à idade, sexo, habilitações literárias, entre outras e a segunda parte, por sua vez, irá permitir recolher informação sobre os motivos de escolha da escola (pública ou privada) relativamente ao contexto, corpo docente, segurança e características pessoais.

#### **4.4. Procedimento**

Para a realização deste trabalho e, particularmente, do inquérito por questionário, teve-se por base a revisão bibliográfica (apresentada no capítulo I) e após se identificarem os principais aspetos ou fatores tidos em conta pelos pais/EE na escolha da escola dos seus filhos/educandos, procedeu-se à elaboração do instrumento de recolha de dados que está em

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

foco neste estudo e que se pretende que venha a ser uma mais valia para futuras investigações. Depois de construído o inquérito por questionário, e antes da sua administração a uma amostra de grandes dimensões, irá solicitar-se o seu preenchimento e respetiva análise cognitiva dos itens que compõem o mesmo (Ribeiro, 1998) por 4 pais/mães dos dois tipos de ensino. Depois desta aplicação e da posterior identificação das lacunas existentes neste instrumento de recolha de dados, proceder-se-á às alterações sugeridas, se for caso disso.

Antes da administração à amostra de conveniência (40 a 50 pais de cada tipo de ensino) solicitar-se-á o parecer da Comissão de Ética da UFP. Aos pais/mães contactados através dos Diretores de Turma das Escolas/Colégios das Turmas selecionadas para responderem ao nosso questionário, será apresentado o estudo, solicitada a assinatura do Consentimento Informado e, após a recolha deste, será distribuído o questionário dentro de um envelope resposta sem qualquer identificação do participante. O Consentimento Informado assim como o questionário após serem preenchidos serão entregues ao/à Diretor/a de Turma em momentos diferentes, sendo que o questionário será devolvido em envelope fechado.

Depois dos dados recolhidos proceder-se-á à análise dos mesmos.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

## **5– Resultados Esperados**

O inquérito por questionário (ver Anexo I) construído, procura recolher informação sobre as razões e os motivos que, os pais/EE de uma criança que frequenta o 1.º CEB, contribuíram para a sua escolha pelo ensino público ou pelo ensino privado, considerando o contexto (social e material), o corpo docente, a segurança do seu/sua filho/a e as suas características pessoais.

Através deste estudo, espera-se, em primeiro lugar, que o inquérito supramencionado se revele um instrumento útil, válido e fiável que permita aferir as razões/motivos que levam os pais/EE de uma criança que frequenta o 1.º CEB a optar pela escola pública ou pela escola privada, ao nível do contexto (social e material), do corpo docente, da segurança e das características pessoais da criança. Em segundo lugar, espera-se que este possa ser utilizado noutras investigações, contribuindo para a produção de conhecimento nesta matéria e desta realidade.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

## **6– Discussão dos Resultados**

A construção do inquérito por questionário (anexo I) teve por base a revisão de literatura deste trabalho, procurando-se perceber quais os aspetos que importam para os pais, aquando da escolha do estabelecimento de ensino para os seus filhos, evidenciando diferentes elementos, ou seja, diferentes aspetos que diferentes pais consideram importantes. De qualquer modo, esta escolha traduz-se num processo de tomada de decisões, o qual “não é mais do que um processo de escolha racional entre alternativas, tendo em vista metas específicas. Neste processo o decisor deve analisar todas as alternativas possíveis e, escolher aquela que permite maximizar a acção face aos objectivos desejados” (Bilhim, 2008, p. 307).

Contudo, ainda existe a ideia de que a escola pública não proporciona um ensino de qualidade ou que não proporciona um ensino de tão elevada qualidade quanto o proporcionado pelo ensino privado (Mension-Rigau, 2007; Pinçon e Pinçon-Charlot, 2007; Quaresma, 2014) e a ideia de que as escolas privadas são mais seguras que as escolas públicas. No entanto, não se compreende nem se concorda que o Estado, principal responsável pela educação das nossas crianças, bem como pela criação de escolas públicas e, com o passar do tempo e o evoluir das sociedades e do próprio sistema de ensino, pelo estímulo à criação de escolas privadas, proporcione um ensino de menor qualidade.

A escolha pelo ensino privado ou pelo ensino público tem por base as representações sociais sobre cada tipo de ensino e sobre cada tipo de escola, mas também se verificou que, cada vez mais, as questões de segurança são tidas em linha de conta pelas escolas, bem como pelos pais/EE aquando da escolha da escola dos seus educandos.

No respeitante aos motivos que influenciam ou que os pais têm em conta aquando da escolha da escola, constatou-se que em relação:

- À escola, os pais privilegiam a orientação, metodologia e proposta pedagógicas da escola (abrangendo as políticas escolares e as opções curriculares), a sua localização e espaço físico, as recomendações de terceiros (Dutschke, 2009; Oliveira, 2005, 2008);

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

- Aos professores: os pais têm em conta o corpo docente e o tipo de contrato celebrado com o mesmo (Dutschke, 2009; Oliveira, 2008; Santomé, 2003);
- Aos próprios pais/EE: importa ter em consideração o nível de escolaridade dos pais, o número de filhos, as condições económicas, as opções religiosas e culturais, o estatuto e as expectativas de futuro escolar (Carvalho, 2004; Fernandes, 2011; Gewirtz et alli., 1995; Pereira, 2010);
- Aos filhos/educandos: os pais têm em conta as características do filho, a possibilidade de estes criarem amizades.

Estas questões, relacionadas com a segurança escolar, traduzem-se assim num importante componente da estratégia da escola e, concomitantemente, num importante e determinante recurso que pesa bastante na tomada de decisão dos pais sobre o estabelecimento de ensino dos seus filhos/educandos. Isto porque, a escola, local onde as crianças passam a maior parte do seu tempo, é um espaço onde convivem diferentes pessoas, onde existem conflitos, onde a criminalidade e a violência tem vindo a ser mais frequente, pelo que os pais, enquanto responsáveis pelos seus filhos, não só em termos de lhes garantir uma educação plena, como de os proteger e de optarem pelo melhor para eles, se preocupam cada vez mais com a segurança nas escolas.

### **Síntese**

Este estudo preocupou-se em perceber quais as razões que levam os pais/encarregados de educação a optar pela escola pública ou pela escola privada no 1.º CEB quanto à segurança dos filhos na escola.

Verifica-se que a segurança escolar é cada vez mais tida em conta aquando da escolha do estabelecimento de ensino dos seus educandos, pelo que os pais/EE privilegiam aspetos como: o ambiente da escola e o que o rodeia; o corpo docente; os recursos humanos e físicos da escola; as escolhas dos filhos; as orientações pedagógicas da escola; entre outros.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

### **Conclusão Geral**

Este projeto teve como objetivo principal o reconhecimento e compreensão das razões que levam os pais/encarregados de educação de crianças do 1.º CEB a escolher o ensino público ou o ensino privado, no que concerne à segurança dos filhos na escola. De facto, o debate em torno da escola pública e da escola privada ainda prevalece, pois há quem defenda que a escola privada não só é mais segura, como está associada a um ensino de maior qualidade.

Desde que nos conhecemos enquanto seres sociais que o conceito de segurança se afigura como pedra basilar de toda e qualquer sociedade. Onde não existe paz, dificilmente existirá evolução na sua génese. Com este estudo foi possível perceber que o ensino e, por consequência, a captação de conhecimento lecionado estão vinculados ao conceito de segurança. Este reconhecimento, tendo em conta as liberdades consagradas num estado de direito e mais propriamente no nosso país, tornam os pais elementos centrais na tomada de decisão sobre as escolhas a fazer para os seus filhos no que respeita ao 1.º CEB.

Fica presente a ideia de que é possível fazer mais e melhor no sentido de dissipar as distâncias entre os diferentes tipos de ensino e a relevância, que em termos gerais, isso representa para a sociedade.

Através do estudo em causa, foi possível construir um inquérito por questionário direccionado para os pais/EE e que permite aferir as razões que contribuem para a escolha da escola dos seus filhos. Isto é, perceber quais os aspetos referentes ao contexto, ao corpo docente, segurança e características pessoais do educando que os pais privilegiam ou que consideram e ponderam aquando da escolha da escola para o seu filho.

Com base na revisão de literatura realizada, e a qual suportou teoricamente o estudo, é possível concluir que são várias as razões que estão na base da escolha do estabelecimento de ensino dos seus educandos, nomeadamente, aspetos relativos ao contexto como por exemplo o meio em que a escola está inserida, a segurança, as condições da escola, entre outros, assim como o seu corpo docente desde o seu compromisso, dedicação, responsabilidade, conhecimento, etc.. Face às medidas de segurança, constata-se que os pais prestam, entre outros fatores, atenção aos recursos físicos de segurança da

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

escola, mas também aos recursos humanos de segurança da mesma e às suas medidas de segurança. Para terminar, aquando da escolha da escola os pais também podem ter em linha de conta as características pessoais dos seus educandos, como por exemplo a sua personalidade, o seu comportamento, etc.

Verificámos através da pesquisa efetuada que é possível concluir que os pais se preocupam cada vez mais com a qualidade do ensino, bem como com a segurança escolar. A participação ativa dos pais, assim como de todos os elementos envolvidos no universo escolar é fundamental na quebra dos pressupostos que distanciam e criam barreiras entre os alunos para que, de um modo geral, existam oportunidades iguais para todos e sejam criadas condições de segurança, que possibilitem o acesso ao conhecimento de forma livre e saudável, independentemente do meio, das condições financeiras e culturais. Assim sendo, ações de sensibilização ajustadas à realidade envolvente, de proximidade, de apoio aos mais carenciados nas diferentes interpretações sociais, poderiam ser um bom prenúncio para a difícil tarefa que ao longo deste estudo se encontra retratada.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

### Referências Bibliográficas

- Afonso, A. (2007a). Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. *Contrapontos*, 7(1), 11-22.
- Afonso, N. (2007b). Uma Escola Pública: promotora de sentidos e de aprendizagens. *Noesis*, 69, 22-23.
- Andrade, N. (2011). *100 Anos - Guarda Nacional Republicana [1911-2011]*. Lisboa: Guerra e Paz, Editores S.A.
- Bilhim, J. (2008). *Teoria Organizacional – Estruturas e Pessoas*. Lisboa: ISCSP.
- Caputo, V. (1995). Anthropology's silent others': a consideration of some conceptual and methodological issues for the study of youth and children's cultures. In V. Talai e H. Wulff (Orgs.), *Youth Cultures: a cross cultural perspective* (pp. 19-42). New York: Routledge.
- Carmona, A. (2005). *Acidentes escolares na área educativa de Castelo Branco e condições nas escolas da região centro para a 1ª assistência ao aluno acidentado*. Dissertação de Mestrado. Lisboa, Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.
- Carvalho, M. (2004). Modos de Educação, Género e Relações Escola - Família. *Cadernos de Pesquisa*, 34(121), 41-58.
- Carvalho, M. (2005). Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 71-93.
- Castro, M. (2009). *Contributos para a compreensão do ensino privado em Portugal. Estudo de Caso: Colégio Luso Internacional do Porto*. Dissertação de Mestrado. Porto: Escola de Gestão da Universidade do Porto.
- Coelho, N. e Orzechowski, S. (2011). A Função Social da Escola Pública e suas Interfaces. In *I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSSE* (pp. 16319-16327). Curitiba: X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE.
- Corsaro, W. (2005). *The Sociology of Childhood*. London: Sage Publications.
- Cumbelembe, A. (2015). *A Função da Escola na Formação de Novos Cidadãos. Expectativas dos Encarregados de Educação. Estudo de caso de três escolas*



Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

*primárias dos municípios de Viana e Cazenga – Luanda*. Dissertação de Mestrado. Évora: Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora.

Cristo M. (2011). *Abordagem da Segurança, Higiene e Saúde na Organização e Gestão Escolar*. Porto, Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto.

Decreto-Lei n.º 117/2009, de 18 de maio. Diário da República n.º 95/2009, Série I. Ministério da Educação.

Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro. Diário da República n.º 213/2013, Série I. Ministério da Educação e Ciência.

Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro. Diário da República n.º 270/1980, Série I. Ministério da Educação e Ciência.

Despacho Conjunto n.º 60/SERE/SEAM/90, de 14 de setembro. Diário da República – Série II, N.º 213. Secretário de Estado Adjunto-Ministro da Educação; Secretário de Estado da Reforma Educativa-Ministério da Educação.

Despacho n.º 222/2007, de 5 de janeiro. Diário da República – Série II, N.º 4. Ministério da Educação; Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Despacho n.º 25650/2006, de 19 de dezembro. Diário da República – Série II, N.º 242. Ministério da Administração Interna; Ministério da Educação.

Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro. Diário da República n.º 195/2017, Série II. Administração Interna e Educação – Gabinetes da Ministra da Administração Interna e do Ministro da Educação.

Direção-Geral da Saúde (2016). *Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE). Relatório de Avaliação do Ano Letivo 2014/2015*. Lisboa: Ministério da Saúde; DGS.

Dourado, L. e Oliveira, J. (2009). A qualidade da educação: perspetivas e desafios. *Caderno Cedes*, 29(78), 201-215.

Duru-Bellat, M. (2005). Amplitude e aspectos peculiares das desigualdades sociais na escola francesa. *Educação e Pesquisa*, 31(1), 13- 30.

Dutschke, M. (2009). *A Importância da Participação dos Pais na Escola. Proposta de um modelo efetivo de participação dos pais*. Dissertação de Mestrado. Porto: Escola Superior de Educação João de Deus.

Escola Superior de Educação de Coimbra (s/d). Segurança nas Escolas. Disponível em: [http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docs/Seg\\_esc\\_desd.pdf](http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docs/Seg_esc_desd.pdf).

- Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança
- Escorrega, L. (2009). A Segurança e os “Novos” Riscos e Ameaças: Perspetivas Várias. *Revista Militar*, 2491/2192, 1001-1010.
- Eurodicas (2019). Ensino privado e público em Portugal: veja como funciona e a qualidade do ensino. Disponível em: <https://www.eurodicas.com.br/ensino-privado-e-publico-em-portugal/>.
- Fernandes, A. (2015). O Conceito de Segurança. Um Obstáculo à Paz. *Relações Internacionais*, 48, 139-164.
- Fernandes, C. (2011). *Estratégias Educativas Familiares: A Escolha da Escola pelos Pais – Um Estudo Exploratório*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Fernando, B. (2010). *A escola Católica em A Angola e o Desafio da Comunidade Educativa*. Itália: Edizioni Vivere in Napoli.
- Fonseca, C. (2008). Como definir uma população de estudo e como seleccionar uma amostra? In Médicos de Medicina Geral e Familiar (Ed.), *Investigação Passo a Passo – Perguntas e Respostas Essenciais para a Investigação Clínica* (pp. 50-54). Lisboa: Núcleo de Investigação da APMCG.
- Fortin, M. (2003). *O Processo de Investigação – Da Concepção à Realização*. Loures: Lusociência.
- Gaspar, P. e Fernando, D. (2010). *Sociologia da educação e Administração Escolar*. Angola: Plural Editores.
- Gewirtz, S. et alli. (1995). *Markets, Choice and Equality in Education*. Buckingham: Open University Press.
- Ghiglione, R. e Matalon, B. (2001). *O Inquérito: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Gómez, J., Freitas, O. e Callejas, G. (2007). *Educação e desenvolvimento comunitário local*. Porto: Editora Profedições.
- Inácio, M. (2010). *A promoção de uma cultura de segurança nos alunos do ensino básico: um estudo de caso nos segundo e terceiro ciclos*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Inspeção-Geral da Educação (2005). Programa Aferição. Segurança e Bem-Estar nas Escolas – Manual. Lisboa: IGE.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

Lei n.º 9/79, de 19 de março. Diário da República n.º 65/1979, Série I. Assembleia da República.

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro. Diário da República n.º 237/1986, Série I. Assembleia da República.

Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto. Diário da República n.º 166/2005, Série I-A. Assembleia da República.

Lei n.º 65/79, de 4 de outubro. Diário da República n.º 230/1979, Série I. Assembleia da República.

Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto. Diário da República n.º 166/2009, Série I. Assembleia da República.

Lei n.º 115/97, de 19 de setembro. Diário da República n.º 217/1997, Série I-A. Assembleia da República.

Libâneo, J. (2013). *Organização e Gestão da Escola. Teoria e prática. 6ª Edição Revista e ampliada*. S. Paulo: Heccus Editora.

Mendes, A. (2013). *O plano de segurança nas escolas de 2.º e 3.º ciclos: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Educação e Ciências.

Mension-Rigau, E. (2007). *Aristocrates et grands bourgeois*. Perrin, Éditions Plon.

Ministério da Educação (2003). *Manual de Utilização, Manutenção e Segurança nas Escolas*. Lisboa: ME.

Naiff, L. *et alli*. (2010). Ensino Público e Privado: Comparando Representações Sociais de Professores sobre suas Habilidades. *Psicologia em Pesquisa*, 4(01), 57-64.

Oliveira, C. (2005). “Diz-me com quem andas, eu te direi quem és”. A escolha da escola como estratégia de distinção. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Oliveira, G. (2008). *Análise do Processo de Escolha e Tomada de Decisão Familiar pela Escola dos Filhos*. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Oliveira, T. *et alli*. (2013). Escola, Conhecimento e Formação de Pessoas: Considerações Históricas. *Políticas Educativas*, 6(2), 145-160.

Pereira, S. (2010). *A Relação dos Pais com o Ensino Pré-Escolar: Representações e Envolvimento no Jardim-de-Infância dos seus Filhos*. Dissertação de Mestrado. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

Pinçon, M. e Pinçon-Charlot, M. (2007). *Sociologie de la bourgeoisie*. Paris, La Découverte.

Pinheiro, A. (2011). *O Ensino Privado em Portugal. As razões de escolha do encarregados de educação/pais*. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade Católica Portuguesa.

Poiares, P. (2012). *Violência Escolar – Respostas Legais*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Polícia de Segurança Pública (s/d). Escola Segura. O que é? Disponível em: <https://www.psp.pt/Pages/atividades/programa-escola-segura.aspx>.

Pordata (2019a). Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público: total e por nível de ensino. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Estabelecimentos+nos+ensinos+pr%c3%a9+escolar++b%c3%a1sico+e+secund%c3%a1rio+p%c3%bablico+total+e+por+n%c3%advel+de+ensino-1241-9829>.

Pordata (2019b). Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário privado: total e por nível de ensino. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Estabelecimentos+nos+ensinos+pr%c3%a9+escolar++b%c3%a1sico+e+secund%c3%a1rio+privado+total+e+por+n%c3%advel+de+ensino-1242-9837>.

Pordata (2019c). Alunos matriculados no ensino público: total e por nível de ensino. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+p%c3%bablico+total+e+por+n%c3%advel+de+ensino-1003-7965>.

Pordata (2019d). Alunos matriculados no ensino privado: total e por nível de ensino. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+privado+total+e+por+n%c3%advel+de+ensino-1004-7979>.

Portal da Orientação Vocacional (2019). Sistema de Ensino Português. Disponível em: <https://ov.portalpsi.net/sistema-ensino-portugues/>.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

- Quaresma, M. (2014). *Entre o herdado, o vivido e o projetado: estudo de caso sobre o sucesso educativo em dois colégios privados frequentados pelas classes dominantes*. Porto, Edições Afrontamento.
- Quaresma, M. (2015). O ensino público no olhar das elites escolares: representações sociais dos agentes educativos de dois colégios privados. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXX, 55-74.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Reis, A. e Frota, M. (s/d). Guia básico para a elaboração do projeto de pesquisa. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/06a.pdf>.
- Reis, F. (2010). Como elaborar uma dissertação de mestrado segundo Bolonha. Lisboa: Editora Pactor, Grupo Lidel.
- Ribeiro, J. (1998). *Psicologia e Saúde*. Lisboa: Instituto de Psicologia Aplicada.
- Santomé, J. (2003). *A Educação em Tempos de Neoliberalismo*. Porto Alegre: Artmed.
- Sebastião, J., Alves, M. e Campos, J. (2010). Violência na escola e Sociedade de Risco: uma aproximação ao caso português. In J. Sebastião (Org.), *Violência na Escola: Tendências, Contextos, Olhares* (pp. 15-43). Alpiarça: Edições Cosmos.
- Silva, P. (2003). *Escola-Família, uma Relação Armadilhada: Interculturalidade e Relações de Poder*. Porto: Afrontamento.
- Tavares, L. (2011). *O Gestor e os Modelos de Gestão nas Escolas Privadas e nas Escolas Públicas*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- Taylor, E. (2012). The rise of the surveillance school. In K. Ball, K. Haggerty e D. Lyon (Orgs.), *Routledge Handbook of Surveillance Studies* (pp. 225-231). New York: Routledge.
- Turato, E. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis: Vozes.
- Venâncio, M. (2014). *Prevalência dos acidentes em espaço escolar e percepção dos agentes educativos*. Dissertação de Mestrado. Viseu, Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viseu.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

Young, M. (2007). Para que servem as escolas? *Educação & Sociedade*, 28(101), 1287-1302.

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

### **Anexos**

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

## **Anexo I – Inquérito por Questionário**

### **Inquérito por Questionário**

Ferreira & Costa, 2019

#### **Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo?**

#### **As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança**

O debate em volta das escolas públicas e privadas é um assunto atual e que merece toda a atenção. Assim sendo, o presente questionário procura recolher informação sobre as razões e os motivos que, enquanto pais/encarregados de educação de uma criança que frequenta o 1.º CEB, contribuíram para a sua escolha pelo ensino público ou pelo ensino privado, considerando o contexto (social e material), o corpo docente, a segurança do seu/sua filho/a e as características do mesmo.

O preenchimento do questionário é anónimo e a informação por si disponibilizada é estritamente confidencial e para uso exclusivo deste estudo, sendo posteriormente destruída.

### **1.ª Parte – Caracterização Geral**

#### **Pais/Encarregados de Educação**

1. Idade		
2. Sexo		
3. Habilitações Literárias		
4. Profissão		
5. Grau de Parentesco		
6. Zona de Residência (assinale com uma cruz (X) a sua escolha):	Rural	
	Urbana	
	Mista	



Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

### Filho/a – Educando/a

7. Idade		
8. Sexo		
9. Escolaridade		
10. O/A seu/sua filho/a (educando/a) frequenta a escola (assinale com uma cruz (X) a sua escolha):	Pública	
	Privada	

### 2.ª Parte – Motivos da Escolha

**Por favor, nas questões que se seguem, assinale com uma cruz (X) a(s) sua(s) escolhas.**

11. Ao ponderar a escolha da escola (pública ou privada) do meu educando tenho em conta, em relação ao **Contexto**:

	Sim	Não
11.1. As companhias		
11.2. Futuroprofissional		
11.3. Educação		
11.4. Meio em que a escola está inserida		
11.5. Segurança		
11.6. Condições da escola (em termos de estrutura)		
11.7. Preparação para o futuro (mundo real)		
11.8. Capacidade de autonomia no futuro		
11.9. Instalações		
11.10. Qualidade		
11.11. Localização		

12. Ao ponderar a escolha da escola (pública ou privada) do meu educando em relação ao **Corpo Docente**, tenho em linha de conta:

	Sim	Não
12.1. Compromisso		
12.2. Comunicação		
12.3. Conhecimento		
12.4. Dedicção		
12.5. Dinamismo		
12.6. Paciência		
12.7. Responsabilidade		
12.8. Capacidade de autonomia no futuro		

Ensino Público ou Privado no 1º Ciclo? As opções dos encarregados de educação quanto ao contexto, ao corpo docente e à segurança

13. Ao ponderar a escolha da escola (pública ou privada) do meu educando tenho em conta, em relação à **Segurança**:

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
13.1. Os recursos físicos de segurança da escola (por exemplo, câmaras de vigilância)		
13.2. Os recursos humanos de segurança da escola (por exemplo, seguranças)		
13.3. As medidas de segurança da escola		
13.4. Uma pesquisa sobre a escola e a sua segurança		
13.5. O contacto prévio com a escola para tirar dúvidas		
13.6. Opto pela escola que considero segura no seu todo		
13.7. Opto pela escola pública, porque me parece mais segura		
13.8. Opto pela escola privada, porque me parece mais segura		

14. Ao ponderar a escolha da escola (pública ou privada) do meu educando tenho em conta, em relação às suas **Características Pessoais**:

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
14.1. A sua personalidade		
14.2. O seu comportamento		
14.3. O seu potencial de aprendizagem		
14.4. A sua atitude em relação à escola e às regras		
14.5. As suas necessidades e interesses		
14.6. A sua opinião sobre as escolas em questão		
14.7. A sua escolha de escola		

**Grato pela sua colaboração!**